

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2015

Aos 23 dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Ana Maria Sousa de Lima Borges ■ António Toledo Alves ■ Artur da Câmara Machado ■ Davide Gabriel Cabral dos Reis ■ Hélio Manuel Melo Vieira ■ Irina dos Santos Mendes Pimentel ■ Isabel Maria Diniz Berbereia ■ João Luís Sanchez dos Santos ■ João Manuel Teixeira Salvador ■ José Eduardo Vieira Pimentel ■ José Fraga Ferreira Machado ■ José Machado Ferreira dos Santos ■ Luís Leonel Teixeira Salvador ■ Marco Paulo Vieira Alves ■ Marília Margarida Enes Garcia de Vargas ■ Maria Luísa da Cunha Ribeiro ■ Paulo Jorge Pimentel da Silva ■ Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ■ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ■ Rui Manuel Pacheco Lopes ■ Salvador da Rocha Lopes ■ Tânia Gil da Rocha ■ Tibério Gil Lopes ■ Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras

Henrique Ferreira dos Santos

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva ■ Francisco José Lopes Câmara ■ Francisco Manuel Leonardo dos Santos ■ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ■ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ■ Manuel Conde Bettencourt ■ Mário José Martins Cardoso ■ Nídia Manuela Sousa Lopes Inácio ■ Péricles Pereira Ortins ■ Rita Olaio de Mendonça Andrade ■ Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

Artur Manuel Leal de Lima ■ Maria da Graça Amaral da Silveira ■ Mário José Correia da Silva ■ Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Câmara Municipal

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel ■ Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias ■ Fernando Francisco de Paiva Dias ■ Guido de Luna da Silva Teles ■ José Gaspar Rosa de Lima ■ Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão e sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 17 de setembro de 2015 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (21 do PS, 7 do PSD, 1 do CDS-PP) e 5 abstenções, (2 do PS, 2 do PSD, 1 do CDS-PP).

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o à disposição dos senhores deputados e dando conta dos seguintes pontos:

- **Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo n.º 1731 de 22-10-2015, de agradecimento pelo voto de louvor atribuído pela Assembleia Municipal aos colaboradores daqueles serviços.**
- **Carta de uma senhora Anita sobre os espetáculos tauromáquicos, os quais passaram a ser classificados para maiores de 12 anos através do Decreto-Lei n.º 23/2014 de 14 de fevereiro.**
- **Ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo dando conhecimento que o senhor Luís Pedro Pimentel Pereira fora eleito novo presidente daquela Comissão.**
- **Ofício da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo n.º 3968 de 18-11-2015, remetendo diversas minutas de deliberações de reuniões da Câmara Municipal bem como diversas atas.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Rui Lopes: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. A minha intervenção vem no sentido de me congratular com as obras efetuadas no pavilhão do Posto Santo e com a intervenção efetuada na ligação da Canada da Talhinha com a Boa Hora.

Sr. d. m. Luís Salvador: – Bom dia senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Alguém do Bloco de Esquerda afirmou existir um caso de habitação social em S. Bento mas penso que não deverá ser verdade porque ninguém procurou a junta de freguesia a respeito do assunto.

O caso refere-se a um casa que foi adquirida pela freguesia sem qualquer apoio e onde vive um casal mas não é uma habitação social. Há dois anos verificámos que o teto estava em perigo, colocámos um teto novo e procedemos a alguns arranjos para tornar a casa mais confortável, o que nos custou cerca de 11 mil euros.

Mais tarde informaram-nos que faltava luz elétrica na casa; fizemos um esforço, pagámos os valores das faturas em atraso que o casal devia à EDA e repusemos a energia elétrica, o que nos custou mais cerca de 400 euros.

Passados 2 meses viemos a saber que a habitação estava outra vez sem energia elétrica e um parente desta família decidiu mexer com isto devido a um protocolo que fizéramos em que a casa lhes seria cedida em troca de serviços de limpeza na junta de freguesia. Como trabalhou no tribunal do trabalho e conhecia a legislação, a amiga do casal disse que a situação era ilegal.

Sem grandes conhecimentos jurídicos, aproveitámos um protocolo já existente, avançámos com aquilo pensando que estaríamos a fazer um acordo de cavalheiros, mas passámos a escrito.

Confesso que essa não é a nossa especialidade e na altura não consultámos qualquer advogado ou jurista mas falámos recentemente com dois advogados que nos disseram que, apesar de esta não ser a forma legal, existe um compromisso que deve ser respeitado.

A junta de freguesia pode proceder a uma ação de despejo mas queremos resolver as coisas a bem e esse casal, acochado por essa senhora que se diz ser prima deles, quer levar o caso a tribunal, o que me parece já ter acontecido, segundo mensagens que têm sido enviadas para o meu telemóvel. A situação vai ser resolvida em tribunal e veremos quem tem a razão do seu lado porque até as pessoas daquela zona de S. Bento estão revoltadas com a forma como aquele casal tem atuado com as coisas da freguesia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Aproveito a ausência de luz na sala para falar de iluminação e de trânsito.

Os dias estão mais curtos e tivemos 2 semanas consecutivas de nevoeiro e mau tempo, sobretudo na costa sul da ilha, o que evidenciou uma gritante falta de iluminação pública nas nossas estradas que causou vários transtornos às pessoas e alguns problemas de segurança. A partir das 17H30 já não havia condições para as pessoas circularem a pé ou de automóvel.

O senhor presidente foi lesto em chamar a atenção do Governo Regional para a necessidade de aumentar o período de iluminação pública nas vias da sua responsabilidade mas faltou idêntico cuidado nas vias camarárias. Julgo não se tratar de uma questão de contabilidade de apenas mais ou menos uma hora porque as vias públicas não podem ser deixadas às escuras com os perigos que se conhecem nesta época do ano em que os dias são mais curtos.

Passando às questões do trânsito, o grupo municipal do PSD apresentou um requerimento à Câmara Municipal com vista à disponibilização de todos os documentos que serviram de suporte técnico às alterações de trânsito que têm vindo a ser efetuadas no concelho e às que estão ainda previstas.

Tendo em conta que a Câmara já fez a apresentação desse estudo à Câmara do Comércio, segundo notícia publicada na comunicação social, gostaríamos que a lei fosse cumprida porque hoje seria a data limite para que essa documentação nos fosse entregue. O dito estudo implicaria alterações ao trânsito e ao estacionamento que teriam merecido críticas por parte dos comerciantes. O senhor presidente da Câmara deveria já ter dado essas explicações, a nós como requerentes, e à Assembleia Municipal como órgão deliberativo do concelho.

A avaliar pela notícia tornada pública através da comunicação social e indo ao encontro das posições dos comerciantes, antes de se proceder a outra qualquer alteração, devem ser colmatadas as necessidades de estacionamento e do afluxo de automóveis ao centro da cidade. Esta questão do trânsito é antiga, multiplicam-se os debates sobre o assunto e em vez de opiniões, deveríamos discutir questões técnicas devidamente estudadas e baseadas num suporte adequado.

Quando questionado pela primeira vez acerca desta situação, o senhor presidente da Câmara garantiu aqui em Assembleia Municipal que todas as alterações feitas ao trânsito até agora teriam um suporte técnico, isto antes da encomenda do estudo de trânsito ao gabinete de projetos do arquiteto José Parreira. Gostaríamos de conhecer o estudo desse arquiteto e os anteriores que serviram de suporte a todas as alterações ao trânsito feitas até agora.

Sr. presidente da Câmara: – Senhor presidente, senhores membros da Assembleia e da Câmara, bom dia a todos. Ao contrário do que penso ter percebido das palavras do senhor deputado Luís Rendeiro, não há diferença entre o que está a ser feito nas estradas regionais e nas zonas populacionais.

Na sequência de um debate feito em Conselho de Ilha foi estabelecido um sistema de coordenação entre as entidades que gerem a iluminação pública na Terceira que são as duas

câmaras municipais e o Governo Regional. A iluminação passou a ligar meia hora depois do pôr-do-sol e a desligar meia hora antes do nascer do sol, o que corresponde ao aproveitamento do período de crepúsculo e às melhores práticas postas em prática em todo o lado.

Já reparei que há lugares que acendem mais cedo e outros mais tarde com diferenças de poucos minutos, o que é normal dentro das diferenças de precisão dos relógios astronómicos utilizados e haverá eventualmente um ou outro local onde isso não estará a funcionar corretamente mas o objetivo é ter toda a ilha a acender e a apagar a iluminação pública à mesma hora.

Se o senhor deputado quiser estudar o assunto um pouco melhor, convido-o a ver a curva de luminosidade do crepúsculo ao nascer e ao pôr-do-sol. Na meia hora que antecede o nascer do sol, o sol está 7,5 graus abaixo do horizonte e a luminosidade ao nível da superfície corresponde a cerca de 60% da luminosidade ao nascer do sol, acontecendo o inverso ao pôr-do-sol. Se os dias de nevoeiro são problemáticos e mais escuros durante o dia, que fará ao nascer e ao pôr-do-sol.

Até há bem pouco tempo tínhamos fotocélulas instaladas no sistema que eram acionadas quando a luz atingia um determinado grau de intensidade mas neste momento estamos a funcionar com relógios que ligam e desligam à mesma hora, independentemente dos dias de nevoeiro em que escurece cerca de um quarto de hora mais cedo. Foi este o equilíbrio conseguido entre todos para que tenhamos uma relação razoável de poupança e eficiência na iluminação.

O problema principal que se coloca no trânsito, senhor deputado, não tem a ver com a luz mas com a falta de tracejado branco nas estradas municipais e regionais, um problema bem mais grave para o trânsito do que a iluminação pública porque os automóveis usam os faróis acesos. O problema dessa falta de tracejado é grave, afeta praticamente todas as vias municipais e deve-se principalmente à urina e às fezes das vacas que dissolvem rapidamente as tintas e a superfície do asfalto, fazendo desaparecer as marcações em pouco tempo.

Temos falta de marcações nas estradas em toda a ilha mesmo em estradas regionais de maior intensidade de trânsito. Lembro o troço oeste do concelho e o troço daqui até S. Sebastião onde não há marcações visíveis, revelando-se num grave problema para a condução de noite ou de dia. Estamos atentos a este problema, já estabelecemos contacto com as Obras Públicas, este trabalho que deve ser feito com as estradas secas e logo que tenhamos condições vamos avivar esses traços.

Quanto às questões do trânsito, o que o senhor deputado viu na comunicação social foi a apresentação do documento pelo projetista a diversas entidades e a Câmara Municipal ainda não o recebeu oficialmente. Assisti a uma das apresentações, estive na Câmara do Comércio na primeira vez em que o assunto lá foi debatido mas temos apenas documentos parcelares.

Foram mantidas algumas comunicações com o projetista mas não houve uma apreciação global do documento e muito menos a sua discussão em reunião da Câmara Municipal. Houve um conjunto de prorrogações de prazos que se deveram à introdução de questões que não estavam inicialmente previstas nem especificadas como a rede de condutas e a criação de um sistema de galerias técnicas.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Começa a tornar-se um hábito vermos o senhor presidente da Câmara muito preocupado em escrever ao Governo e menos preocupado em resolver o que está ao seu alcance.

Vimos no Diário Insular que o senhor presidente escreveu ao Governo Regional para que acendesse as luzes públicas mais cedo nas estradas que lhe competem mas esqueceu-se de escrever a si próprio porque compete à Câmara acender as luzes das ruas da cidade onde as pessoas tropeçam nas pedras da calçada às seis horas da tarde porque já é de noite.

As teorias e sapiências dos crepúsculos com que o senhor presidente nos brindou são muito bonitas mas nada disso interessa aos angrenses que andam às escuras a tropeçar nas pedras da calçada com ou sem nevoeiro.

A iluminação tem acendido às 18H15 no centro histórico da cidade de Angra em que já é de noite e o crepúsculo pouco interessa ao CDS-PP. Se é por uma questão de poupança ou porque não há dinheiro para pagar a luz, assumam-se e os angrenses não de andar às escuras até a luz acender; se é uma questão de crepúsculo, acendam as luzes um pouco mais cedo.

No que respeita ao trânsito, enquanto eleitos locais, gostaríamos de saber quando teremos a oportunidade de conhecer o estudo encomendado por V. exa que, aparentemente, já está pronto e anda a ser apresentado a algumas entidades para dar algum jeito nas decisões que venham a ser tomadas.

Sr. presidente da Câmara: – Voltando à questão da iluminação, a carta que escrevi resultou de uma discussão em Conselho de Ilha e refere a necessidade de coordenação da hora de ligação da iluminação pública em toda a ilha à mesma hora.

Nas zonas rurais a iluminação está ligada à estrada regional num único circuito com a exceção das freguesias do Posto Santo e da Terra Chã onde a Câmara tem a iluminação pública à sua responsabilidade por não haver estrada regional.

Estão em vigor medidas racionais de poupança por mim assumidas com toda a clareza. Foi pedido que a iluminação passasse a ligar meia hora depois do pôr-do-sol e a desligar meia hora antes do nascer do sol e é o que está a acontecer.

As câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória em coordenação com o Governo Regional resolveram colocar toda a ilha a ser iluminada no mesmo horário porque o ano passado a cidade estava com meia hora de avanço em relação às zonas rurais onde a iluminação pública era ligada uma hora depois do pôr-do-sol e desligada uma hora antes do nascer do sol e não era razoável que houvesse um tratamento diferenciado no mesmo concelho.

Este horário é adotado pela maior parte dos países da Europa. Anteriormente os sistemas eram mais simples com uma fotocélula que fazia apagar ou acender a iluminação pública mas toda a gente está a mudar para este sistema para poupar energia. Não somos diferentes dos outros e não devemos ter esta visão piegas só porque ficou mais escuro durante um quarto de hora.

Convido os senhores deputados a consultarem a internet e verificarem a curva de luz no crepúsculo onde ficarão também a saber que o movimento da terra em relação ao sol resulta numa diferença de 15 graus à hora ou seja, 7,5 graus em meia hora de sol.

Quanto às questões do trânsito, volto a repetir que ainda não recebemos o referido estudo; quando isso acontecer daremos dele conhecimento a toda a gente, começando pela sua discussão em reunião de Câmara Municipal onde os senhores estão representados.

Essa empresa tem que ouvir as diversas entidades e fazer um trabalho de audição e otimização dos circuitos. Logo que o estudo esteja pronto será entregue à Câmara que o discutirá e do qual dará imediato conhecimento a esta Assembleia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Percebo que o senhor presidente da Câmara queira resolver todos os problemas à base da lata de tinta. Sabemos que a pintura das estradas é um problema mas não é o problema maior porque a população pretende viver em segurança e não quer saber da curva da luz do crepúsculo.

Por muitas explicações técnicas que o senhor presidente da Câmara dê, não pode dar a volta ao facto de a cidade e as freguesias estarem às escuras. Basta que o senhor presidente esteja atento ao povo que representa, mande alguém ver o que é escrito nas redes sociais e tome conhecimento do que as pessoas nos dizem quando nos abordam.

Não se trata de pieguice porque o concelho está às escuras. Esta é uma preocupação transversal a todo este mandato e um assunto sério porque envolve a segurança de pessoas e bens. As questões práticas são mais importantes do que as técnicas e estamos na época do ano em que a iluminação é mais necessária porque os dias estão a ficar cada vez mais curtos e vamos ter cada vez mais dias de nevoeiro. Se for preciso devem ser instaladas fotocélulas porque o método utilizado neste momento não está a servir a segurança dos cidadãos.

No que respeita ao trânsito, ficámos a saber que ainda não há documentação técnica. Afinal, onde está o suporte técnico que o senhor presidente garantiu que existia para todas as alterações ao trânsito que já foram realizadas?

Com o requerimento que fizemos, pretendíamos que nos fosse fornecida toda a documentação que houvesse. Afinal não há nenhum documento que o senhor presidente nos possa apresentar? É que começa a parecer que não se trata de uma questão de fundamentação técnica mas sim, de vontade do presidente da Câmara que é legítima; então assumo, não nos diga que faz as alterações baseadas em fundamentações técnicas porque as faz de acordo com a sua opinião, baseando-se no «quero, posso e mando».

Sr. presidente da Câmara: – Existe um estudo que foi bem feito há uns anos e dado a conhecer a todos os membros desta Assembleia. Esse estudo continua a ser válido e utilizado quando necessário com as devidas atualizações. O novo estudo estará pronto a breve trecho e será dado a conhecer a toda a gente.

Quanto à iluminação pública, sei o que as pessoas dizem porque também ando pela rua, explico quando alguém me pergunta e o assunto merece uma particular atenção por parte de todos porque existem problemas de segurança em algumas das nossas vias que devem ser resolvidos.

É preciso ver se é possível a instalação de um sistema misto através do sistema de relógio astronómico que nos permita antecipar o acender da luz quando a luminosidade for muito baixa especialmente nos dias de nevoeiro. Temos que levar a sério os problemas de segurança, não esquecendo as questões de economia, caso contrário não conseguiremos manter o mesmo nível de iluminação em todo o lado nem concretizar os investimentos necessários.

Foram instaladas novas luminárias no troço da Silveira ao Alto das Covas que introduziram uma poupança na casa dos 40%, uma experiência que nos parece ser a pista para a solução. Se formos capazes de economizar, talvez possamos ir comprando mais lâmpadas de poupança e eventualmente densificar a iluminação pública.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Piegas? Acha o senhor presidente da Câmara que atinge a oposição com o seu adjetivo mas esquece-se que fomos eleitos por angrenses que representamos nesta Assembleia Municipal. Lamento que os terceirenses de um modo geral estejam acomodados e sejam os comerciantes a falarem connosco à boca pequena porque têm sempre medo de qualquer coisa...

Comentários impercetíveis.

Têm medo, senhor deputado João Santos... Ainda bem que foi o senhor deputado que o disse. Fica registado que foi o senhor deputado que o disse. São os comerciantes que falam à boca pequena e as pessoas que saem do trabalho às seis da tarde e vão às escuras ao Bailão buscar o carro. O senhor presidente da Câmara acabou de dizer que os angrenses são piegas...

Sr. presidente da Câmara: – O senhor presidente da Câmara não disse nada disso.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Sou angrense e não aceito que me chame piegas. Se, no seu entendimento, não posso representar mais ninguém, represento-me a mim próprio, senhor presidente. Se me permite, dispenso a sua adjetivação porque, independentemente de 15 minutos ou de meia hora, Angra está às escuras com o comércio de porta aberta e os condutores têm dificuldade em ver os peões nas passadeiras.

Falando agora do trânsito, se compete ao gabinete de arquitetos ouvir as entidades para completar o estudo a ser entregue à Câmara Municipal para debate interno, pergunto como o senhor presidente justifica as suas declarações a um jornal local, dizendo que foi à Câmara do Comércio apresentar aos comerciantes seus associados um estudo de trânsito que a Câmara tinha encomendado.

Sr. presidente da Câmara: – Eu não disse isso. Se foi escrito assim está errado. Apenas estive presente numa das sessões, não fiz qualquer apresentação e um dos autores do projeto apresentou um conjunto de potenciais soluções sobre as quais quis ouvir a opinião dos presentes. Quando o estudo for apresentado a esta Câmara será estudado e debatido internamente e a seguir apresentado a esta Assembleia.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia, Exma. Mesa da Assembleia, Exma. Câmara, caros colegas. A questão da segurança, dos ladrões e do facto de as pessoas serem atropeladas é uma argumentação muito fraca. Pergunto ao senhor deputado Luís Rendeiro se o seu carro não tem faróis.

Isto é como a chuva num jogo de futebol porque quando chove é para os dois lados, os municípios e os ladroes ficam em pé de igualdade com a mesma luminosidade e se houvesse iluminação pública suficiente em todas as vias os carros não precisariam de faróis.

O senhor presidente da Câmara já referiu que haverá alguns locais onde as coisas não estão devidamente afinadas mas está atento a essas situações que não se resolvem de um dia para o outro mas sê-lo-ão em poucos dias ou semanas.

Relativamente ao trânsito, não me parece de grande ajuda a colocação de problemas num processo que está em curso. Em vez de trânsito, prefiro falar de circulação porque se transgride tanto com o estacionamento em Angra que começamos a ter excesso de lugares de estacionamento.

Há mais ou menos um ano, apareceu no Diário Insular a notícia de que em janeiro de 2015 a lei iria prever que as empresas de fiscalização de parquímetros tivessem os seus poderes alargados a outras situações de incumprimento de trânsito. Passadas algumas semanas surgiu a informação de que o município de Angra não adotaria essa posição. Na altura concordei com a Câmara mas o que se constata é que estamos entre essa solução e solução nenhuma.

Ainda agora estava uma máquina a trabalhar no fim da Ladeira de S. Francisco e a gerar algum condicionamento de trânsito. Logo a seguir víamos toda a faixa da direita com 3 carros estacionados, a carrinha de transporte de valores junto à Caixa Geral de Depósitos e logo à frente um carro parado na rua da Sé.

Alguma solução terá que ser encontrada pois começa a haver nas pessoas o sentimento da impunidade e da falta de respeito pelas regras porque não há ninguém que as imponha ou fiscalize. Não sei se o problema é da PSP mas é necessário outro tipo de intervenção.

Há umas semanas havia um depósito anormal de lixo nalgumas ruas da cidade nos dias de festas ou atividades promovidas pelo município e as pessoas tinham que ir para rua porque não se conseguia circular no passeio devido à acumulação de lixo. Neste momento já não se constata isso mas gostaria que o senhor presidente nos explicasse o que se passou e como a situação se resolveu porque há coisas que não abonam a favor da imagem da cidade quando pretendemos cada vez mais turistas.

Sr. presidente da Câmara: – Tivemos alguns problemas localizados durante algum tempo relacionados com uma situação de difícil resolução para quem opera restaurantes e outros estabelecimentos na baixa da cidade.

Existe um regulamento que não permite resíduos no interior de alguns estabelecimentos sem uma área específica segregada destinada aos resíduos, o que não acontece em grande parte dos estabelecimentos da baixa da cidade. Gerou-se um conflito de cumprimento de dois

regulamentos, o que proíbe a manutenção do lixo no interior e o que não permite a sua colocação do lado de fora mas creio que a questão foi resolvida com bom senso.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Pergunto ao senhor presidente da Câmara se concorda com as soluções de trânsito pensadas para o centro histórico de Angra que foram publicadas na comunicação social depois de terem sido apresentadas aos empresários e aparentemente a mais alguém.

Lembro ao senhor deputado João Santos que a iluminação pública é já um problema e não, apenas um caso, porque o discutimos aqui ciclicamente há 2 anos e a culpa é sempre do crepúsculo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Para que fique registado em ata, gostaria de dizer que, em nome do grupo municipal do PSD, lamento o ridículo de algumas coisas que foram aqui ditas. Lamento que se tenham caracterizado como piegas as preocupações aqui apresentadas relacionadas com assuntos muito sérios e que o senhor deputado João Santos tenha perguntado se o meu carro não tinha faróis, como se não soubesse que um dos principais problemas de circulação na ausência de iluminação pública é o cruzamento entre 2 viaturas com os faróis ligados.

Os atropelamentos de pessoas idosas nas zonas rurais devem-se especialmente a circunstâncias relacionadas com o vestuário negro que é usado e quando circulam à hora do crepúsculo em que a intensidade de tráfego é maior e coincidente com a hora de saída dos locais de trabalho. É lamentável e não pode ser aceite nesta Assembleia Municipal, a forma ligeira e irresponsável como o senhor deputado tentou escarnecer do assunto.

Foi igualmente ridícula a afirmação do excesso de lugares de estacionamento em Angra. Vamos fazer de conta que o senhor presidente da Câmara não acompanha o dito estudo de trânsito, não faz ideia do que lá está e não esperou que isto fosse atirado à parede para ver se cola e se as pessoas refilam.

Vamos fingir que o senhor presidente não está acompanhar a par e passo o que está a ser feito naquele estudo de trânsito e sugiro que seja apresentada uma recomendação do grupo municipal do Partido Socialista assinada pelo senhor deputado João Santos para que sejam retiradas do dito estudo, todas as sugestões de estacionamento que lá estão.

Sr. presidente da Câmara: – Que fique bem claro que levo a sério as questões de segurança das pessoas, independentemente das expressões aqui utilizadas nas intervenções de cada um e tenho acompanhado o estudo de trânsito a par e passo. À primeira vista concordo com algumas matérias e discordo de outras, razão pela qual não me quero pronunciar enquanto o mesmo não estiver concluído e a solução global for apreciada com calma e serenidade.

Sr. d. m. Artur Lima: – Cumprimento o senhor presidente e a Mesa, o senhor presidente da Câmara e restante executivo e os colegas deputados municipais. Senhor presidente, que eu saiba, esse estudo foi apresentado na Câmara do Comércio...

Sr. presidente da Câmara: – Aos taxistas, aos camionistas...

Sr. d. m. Artur Lima: – A toda a gente menos ao executivo municipal e aos líderes destas bancadas municipais. 40 mil euros é muito dinheiro e nós, apesar de sermos uns pobres eleitos pelo povo, temos o direito de saber e discutir previamente o que anda a ser discutido na praça pública com o conhecimento de V. Exa.

Como era hábito no passado, era aqui que essa empresa deveria ter feito a apresentação do estudo para que o senhor, a Mesa da Assembleia e, pelo menos os líderes de bancada, pudessem emitir as suas opiniões; assim é que as coisas deveriam ser tratadas institucionalmente. Trazer cá as coisas já cozinhadas, parece-me de muito mau tom e de falta de respeito para com as instituições e os membros locais eleitos democraticamente.

Sr. presidente da Câmara: – Discordo em boa parte desta posição porque faz parte do trabalho técnico ouvir as diversas áreas de interesse em que foi apresentado um conjunto de soluções com alternativas. O que saiu na comunicação social não foi responsabilidade minha nem do autor que também ficou surpreendido; acontece que alguém resolveu falar sobre o assunto e tem todo o direito de o fazer porque vivemos numa democracia.

Sr. d. m. João Santos: – Para além de piegas, o senhor deputado Luís Rendeiro resolveu ser também pateta porque não percebeu a ironia da minha intervenção quando referi que sobravam lugares de estacionamento em Angra.

Quanto a mim, mais importante do que o trânsito, o que maior prejuízo traz a Angra são questões de circulação em que o único culpado é a falta de civismo dos terceirenses que circulam, param e estacionam de qualquer maneira nas artérias da cidade a par de quem lhes permite tal comportamento. Eu estava a ser irónico e qualquer pessoa que não queira assumir uma posição pateta, teria percebido isso perfeitamente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para defesa da honra): – Julgo que não é a primeira vez que o senhor deputado João Santos resolve adjetivar, caluniando. Não lhe vou devolver o epíteto de pateta porque as atitudes de cada um falam por si mas devo dizer-lhe que lhe fica muito mal a postura que lhe é peculiar ao culpar o acaso e os eleitores que se queixam pelo que, muitas vezes, é da responsabilidade da governação.

Há pouco o senhor tocou na ferida. Devido a um conjunto de insuficiências do concelho, foi proposta nesta casa a criação de uma polícia municipal e foi o seu grupo municipal com o senhor já cá presente que impediu que isso acontecesse.

Sr. d. m. João Santos: – Também já lhe disse que hoje não teria a mesma posição.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Nesta casa discutem-se opiniões e esgrimem-se argumentos sem que seja necessário caluniar ou insultar as pessoas, mesmo que seja por graça, e não admito que o senhor o faça. Peço ao senhor presidente da Mesa que não tolere este tipo de situações porque, se hoje é pateta, amanhã poderá ser algo muito pior.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 8 de setembro a 15 de novembro de 2015, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – A atividade municipal manteve a mesma trajetória desde a última reunião da Assembleia Municipal. Destacamos a conclusão da obra do pavilhão do Posto Santo cuja inauguração se prevê para o início do próximo mês, faltando apenas a montagem de umas redes para proteção das laterais.

A Câmara Municipal viu aprovada a primeira candidatura neste novo quadro comunitário referente à escola de Santa Bárbara e ao caminho de acesso, tendo sido o primeiro município da região com uma candidatura aprovada na sua totalidade, o que nos permite libertar de imediato cerca de um milhão de euros que muito jeito nos darão para arrancar com outras obras que aguardavam cabimento.

A obra da Canada de Belém que conta com alguns atrasos é das obras que nos geram maior preocupação. A empresa, que tem também a seu cargo a obra da escola de Santa Bárbara, tem tido alguns problemas mas estamos a dar um impulso para que se proceda ao asfaltamento do primeiro troço na semana que agora começa; assim, ficaremos com 50% do problema

resolvido, restando a zona entre a última saída do bairro e o império da Canada de Belém onde a obra terá que se arrastar durante mais algum tempo. A escola de Santa Bárbara não poderia ser dada como concluída antes da aprovação da candidatura e agora temos que lhe dar uma arrancada para que termine a breve trecho.

Temos vindo a prosseguir com a recuperação de troços de estrada afetados pelas enxurradas de setembro e com a resolução de outros problemas como a falta de arranjo de algumas sobras, esperando ter todo o processo concluído até ao Natal, o que significa que teremos pela primeira vez em muitos anos todas as sobras de estrada em dia.

Estamos ainda a dar prioridade a intervenções com fundos próprios em pequenos troços de canadas com moradores e com esta nova abertura financeira resultante da aprovação da candidatura da escola de Santa Bárbara poderemos iniciar algumas obras de maior vulto, em particular as resultantes das cheias de 4 de setembro. Manteremos a atividade municipal a este ritmo e com esta orientação, dando prioridade aos aspetos com maior impacto na qualidade de vida das pessoas como os caminhos e outras estruturas em zonas habitadas.

O município de Angra foi eleito vice-presidente da organização das cidades património mundial, uma organização extremamente influente que representa as cidades património mundial junto da UNESCO. Ao longo das últimas décadas temos andado um pouco arredios e agora somos vice-presidentes do conselho de administração, o que nos permitirá um posicionamento mais próximo das decisões tomadas em relação ao património mundial a nível global. Somos a cidade pequenina no meio das cidades grandes o que não impedirá uma posição influente e honrosa para o nosso município no contexto da UNESCO.

Foram desenvolvidas outras atividades ao longo deste período relacionadas com a manutenção da animação de rua em colaboração com a Câmara do Comércio que visam essencialmente manter uma boa dinâmica na zona baixa da cidade. Estamos a iniciar a montagem da iluminação de Natal com a abertura prevista para o próximo dia 28 de novembro, altura em que teremos a cidade iluminada e as atividades de Natal em pleno curso.

No que respeita à gestão financeira do município, estamos com uma boa execução ao nível da receita e da despesa e com a aprovação desta candidatura ficaremos com o ano financeiro bem resolvido. Tudo indica que teremos um ano de 2015 excelente do ponto de vista das finanças do município já que vamos amortizar cerca de 1,6 milhões de euros da dívida passada e terminaremos o ano com uma taxa de execução da receita próxima dos 100% e de execução da despesa no que respeita ao investimento, na casa dos 80%.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, Exmo. público. É com agrado que dou as boas-vindas à comunicação social que fez o favor de cumprir a sua missão no acompanhamento dos trabalhos.

Volto a chamar a atenção para os quadros da receita e da despesa que constam do documento totalmente desfocados. Faço esta chamada de atenção sistematicamente em todas as reuniões da Assembleia Municipal mas a situação repete-se e tem que haver mais cuidado na apresentação do documento porque só com muita dificuldade se consegue perceber os valores que nele constam.

No que respeita às receitas e às rendas foram liquidados 826 mil euros e cobrados apenas 255 mil. Estão por cobrar 570 mil euros, dos quais 458 mil se referem à habitação e 112 mil relativos à zona industrial. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse se estas rendas serão cobradas e se deverão ser retiradas no caso de se tratar de valores incobráveis para não empolarem as receitas da Câmara.

No que toca às receitas de capital, gostaria que nos dissesse se a verba de 330 mil euros referente ao PROCONVERGÊNCIA vai ser paga ainda este ano e nos pusesse a par da dívida

de 511 mil euros da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos referentes a empréstimos de habitação social.

Sr. presidente da Câmara: – Continua a dever mas deve pagar até 31 de dezembro.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Nos bens de capital há menos 1,16 milhões na execução em relação ao que estava dotado. Mais uma vez o resultado receita/despesa é positivo mas à custa do investimento. A justificação tem sido referente aos problemas de execução do «Açores 2020» e julgo que a situação se manterá.

Gostaria também de saber as razões da diferença de mais de 600 mil euros entre o orçamentado e o liquidado na venda de água nos Serviços Municipalizados e reparei que existe uma diferença de 860 mil euros para mais entre o orçamentado e o liquidado nas transferências da Câmara Municipal.

Quanto ao balancete das GOP, verifiquei que já foram pagas as placas informativas dos edifícios e das ruas e gostaria de saber se entretanto já foram retificadas as situações referentes às traduções.

Quanto ao reforço policial na zona urbana, dos cerca de 13 mil euros comprometidos, não consigo perceber a justificação dos 7 500 euros que já foram pagos porque já se percebeu que a polícia não tem tido qualquer intervenção na fiscalização e cumprimento das regras de trânsito.

Sr. presidente da Câmara: – O que acontece em relação aos Serviços Municipalizados é que foi instalado um novo *software* de contabilidade e foi possível apurar um conjunto de questões relacionadas com a cobrança de água. Foram feitas algumas cobranças e o principal valor que aqui está deve-se a um pagamento extraordinário feito pelo hospital referente à água do ano anterior que não tinha sido paga e que resultou numa receita extraordinária.

A transferência para os Serviços Municipalizados corresponde a valores recebidos de fundos comunitários, incluindo valores que vinham do ano anterior. Os reembolsos são recebidos pela Câmara como entidade beneficiária que depois os transfere. Trata-se da passagem por aqui de fundos comunitários que vieram ressarcir os Serviços Municipalizados do investimento feito no reservatório da Fonte Faneca.

A questão das rendas é deveras complexa porque uma boa parte está a ser paga muito lentamente. O ano passado fez-se um esforço junto dos devedores no sentido de se acordarem planos de pagamento que vieram diferir no tempo por 5 ou 10 anos, valores já de si, reduzidos. Não podemos eliminar este valor porque será eventualmente pago embora a um ritmo muito lento.

Alguns dos valores incobráveis já foram expurgados daqui, outros ainda não o foram devido às restrições legais. Isto não pode ser visto como um perdão da dívida e temos que a manter enquanto a lei assim o exigir, razão pela qual temos aqui um valor anormalmente alto; quem está a pagar, fá-lo a 5 ou a 10 euros ao mês e isto vai eternizar-se.

Quanto à polícia, o pagamento que a senhora deputada referiu nada tem a ver com o trânsito e destina-se à vigilância do Porto das Pipas e da zona baixa da cidade a partir da 1 hora da manhã relacionada com ruídos noturnos e problemas na rua que diminuíram muito nos últimos tempos devido ao alargamento dessa vigilância a toda a zona central da cidade que antes estava restrita ao Porto das Pipas.

As placas foram todas retificadas e encontram-se nas devidas condições.

Sr. d. m. Pérciles Ortins: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Deixo aqui uma preocupação e um reconhecimento relativamente a algumas iniciativas que têm acontecido no nosso concelho, na sua maioria com o apoio e colaboração da Câmara Municipal.

Destaco a conferência a realizar no próximo dia 29 de novembro aqui no Salão Nobre sobre o 40º aniversário do 25 de novembro de 1975 levada a cabo pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira e diversas iniciativas do Instituto Açoriano de Cultura com destaque para a sessão de apresentação da cátedra sobre estudos insulares da Universidade Aberta apresentada também neste salão no passado dia 20.

Decorreu ontem no Teatro Angrense a «Tradição da nossa ilha» com a Sociedade Filarmónica das Doze Ribeiras numa iniciativa da Santa Casa da Misericórdia e foi apresentada na escola Tomás de Borba a opereta «Água corrente», uma iniciativa da biblioteca Pública de Angra do Heroísmo.

Registo com agrado a conferência «Que turismo para a Terceira?» que decorreu nos dias 20 e 21 de novembro organizada pelo Rotary Clube de Angra do Heroísmo com o apoio da Câmara Municipal, o patrocínio da Açoreana e a colaboração da Junta de Freguesia da Terra Chã e da Associação do Pónei da Ilha Terceira.

Lembro ainda o primeiro festival «Terra de Outono» organizado pela irmandade de Nª Srª do Livramento que decorreu no mesmo fim de semana de 20 e 21 de novembro no Edifício Cultural de S. Bento, o colóquio «Explorar Atlântico – fronteiras no espaço e no tempo» que teve lugar no auditório da universidade dos Açores no passado dia 20 e o «Concerto solidário do advento» com a orquestra AngraJazz ontem no Castelo de S. João Batista organizado também pelos rotários com a colaboração de diversas entidades como a Câmara Municipal, o Regimento de Guarnição N° 1, a Associação Cultural AngraJazz e o patrocínio do supermercado Guarita.

Congratulo-me com a Câmara Municipal pelo apoio concedido a grande parte das iniciativas que referi, importantes para o dinamismo da nossa terra. Temos problemas com a atividade económica, já batemos no fundo e é de prever que o próximo ano seja o início da recuperação para a ilha Terceira.

Embora com alguma preocupação, nomeadamente com a situação política a nível nacional, estou certo que 2016 venha a ser um ano melhor para a nossa terra. Esse é o nosso papel e a nossa contribuição. Todos devemos ajudar e até o turismo será fundamental.

Sr. presidente da Câmara: – Expresso o meu agradecimento pela menção feita. Felizmente, a maior parte dos eventos citados e outros que constam do relatório, surgiram por iniciativa da sociedade civil que tem sabido dar resposta e a Câmara tem apoiado com muito gosto na medida das suas possibilidades. É fundamental que a nossa cidade e o concelho mostrem a sua vitalidade e sejam capazes de recuperar dos problemas que estamos a atravessar.

Ao longo do ano que agora termina temos tido uma agenda cultural notável que, nalguns casos, tem até pecado por excesso com dois eventos ao mesmo tempo como aconteceu na semana passada em que decorreu um evento nesta sala e outro na sala de sessões aqui ao lado.

Em 2015 decorreram centenas de eventos culturais e haverá um aumento com o aproximar do Natal já que a Câmara Municipal, em conjunto com a Câmara do Comércio, tem previsto um bom calendário visando trazer as pessoas ao centro da cidade para ajudar o comércio de porta aberta.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente, o processo de requalificação da envolvente à baía do Fanal e de proteção daquela orla costeira está atrasado. Os documentos previsionais do ano passado da Assembleia Legislativa Regional e da Câmara Municipal previam que cada um fizesse a sua parte desse projeto mas aquela orla continua a sofrer os severos efeitos da erosão. Tive a oportunidade de questionar o secretário regional com a tutela do mar e foi-me confirmado que a verba não foi executada porque a obra não foi feita, algo que já sabíamos.

Sabendo-se que as questões da orla costeira são da responsabilidade do Governo Regional e o ordenamento urbano está a cargo da Câmara Municipal, gostaria que o senhor presidente da

Câmara nos justificasse os motivos daquele atraso, o que está em falta e porque é que a obra não avança, tendo em conta os riscos que começam a ser evidentes para aquela estrada desde a rotunda dos Portões de S. Pedro até ao Fanal.

Um tema recorrente nesta Assembleia é a praga dos roedores; a situação está cada vez pior e continuamos com ratos por toda a parte na cidade e nas freguesias, senhor presidente. Há dias tive a oportunidade de conversar com a senhora presidente da junta de freguesia da Feteira onde resido acerca da situação que ali se vive. Lembro que a Feteira e a Ribeirinha são as freguesias mais próximas do aterro sanitário e as que mais sofrerão com a entrada em funcionamento da incineradora quando a população gigantesca do aterro sanitário deixar de ter alimento fresco.

Sabemos que haverá um período de transição entre o funcionamento do tratamento dos resíduos e a redução da taxa de reprodução dos animais que mais afetará as pessoas como acontece já na Graciosa onde, com a entrada em funcionamento do centro de processamento de resíduos, se assiste a um aumento da presença de roedores nas habitações porque o alimento de que os ratos dispunham passou a ser tratado e eles foram para as casas procurar comida.

As questões de saúde pública devem ser abordadas com muita seriedade e não se vê a devida articulação entre os serviços oficiais do Governo Regional e o que a Câmara pode fazer no sentido de intervir com campanhas de desratização eficazes para a proteção dos danos provocados pelos ratos como, por exemplo, a leptospirose.

É também com muita preocupação que vejo a situação do Porto das Pipas. Já foi um cais de cruzeiros, uma rampa ro-ro e neste momento há uma dificuldade de entendimento entre a Câmara Municipal e o Governo Regional para o que se queira fazer ali.

Está prevista uma verba de 3,5 milhões de euros para obras na baía que não se executa e Angra deve perceber o que pretende com o seu Porto das Pipas. A Câmara deve entender-se com o Governo Regional para que possamos ter navios e dinâmica na baía de Angra e as infraestruturas existentes possam ser potenciadas ao máximo, melhorando a atratividade da baía e do cais.

Sr. presidente da Câmara: – Respondendo à questão do Fanal, a Câmara recebeu na semana que terminou a proposta de contrato ARAAL visando a execução da obra. A proposta foi analisada por nós e devolvida ao Governo com o acordo para que possamos assinar o contrato a breve trecho.

O projeto da parte do Governo já se encontra concluído e aprovado e por parte da Câmara estamos a trabalhar no sentido de o termos concluído se possível até ao final do ano. Com o contrato ARAAL assinado e o projeto concluído estaremos em condições de lançar o concurso no primeiro trimestre do ano que vem. A parte do Governo foi entregue ao projetista responsável pela elaboração do projeto da Câmara e teremos tudo concluído a breve trecho.

Os ratos são uma preocupação de todos. Foi realizada uma reunião com os senhores presidentes da junta em que esta matéria foi abordada e introduzida uma alteração orçamental que terá a sua execução logo que o orçamento esteja aprovado para tentarmos o que for possível com as juntas de freguesia, embora com as limitações que todos conhecemos.

A incineradora entrou em funcionamento no passado dia 20 à noite, os resíduos produzidos na ilha estão a ser incinerados, embora de forma experimental, e há dias que não entra qualquer resíduo nas bolsas. Os resíduos do matadouro, os de maior influência na atração de roedores, continuam a entrar na bolsa porque ainda não se iniciou a sua incineração.

Tive a oportunidade de debater com o Governo a questão do Porto das Pipas, creio que encontrámos boas pistas de entendimento e o projetista ficou de apresentar até ao fim de novembro uma alternativa que se espera venha ao encontro dos interesses da Câmara e do Governo.

1.2 – Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2016, o qual importa, tanto na receita como na despesa, o total de 15 658 787,00 €. O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2016, bem como as normas sobre a execução orçamental, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma interpelação à Mesa): – Vamos discutir um orçamento que será alterado mais à frente por proposta do Partido Socialista.

Sr. presidente da Câmara: – Não pode ser alterado.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Então, vamos discutir um orçamento e depois uma proposta de alteração ao orçamento ou vamos discutir o orçamento que veio da Câmara para depois o alterarmos em Assembleia Municipal? É que a lei 75-2013 é muito clara e refere que as assembleias municipais não podem alterar nem rever as propostas provenientes da Câmara.

Sr. presidente da Mesa: – As duas questões têm que ser discutidas simultaneamente, porque não fazia sentido aprovar-se o orçamento e depois a proposta.

Sr. presidente da Câmara: – Chamo a atenção para o disposto do artigo 25 da lei 75-2015 que diz o seguinte: *«Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas do número anterior sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal.»*

Tive a oportunidade de falar esta manhã com a senhora líder do grupo parlamentar do PS sobre esta matéria e o que deve ser feito é o que está estabelecido pelo senhor presidente da Assembleia. O orçamento será votado como está, o que o Partido Socialista apresentar será votado como uma recomendação, a Câmara debatê-lo-á em devida altura em reunião de Câmara e o orçamento voltará a esta assembleia.

Estamos a comunicar aqui que a proposta de orçamento que será aprovada e entrará em vigor no dia 1 de janeiro, se a Assembleia não reunir até 31 de dezembro, é a que foi aprovada em Câmara e a alteração proposta só terá efeito orçamental depois de voltar a passar por esta Assembleia após análise em Câmara Municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vou ler o primeiro parágrafo do documento que aqui está: *«No seguimento da proposta de orçamento e Grandes Operações do Plano para 2016 é proposto pelo grupo municipal do Partido Socialista a seguinte alteração...»* Ou isto é ilegal ou terá que ser alterado para um português que possa ser legal de modo a que se corrija a ilegalidade e isto passe a ser aquilo que eu acho que é, ou seja, um teatrinho.

A Câmara Municipal poderia ter feito isto sem oferecer o bombom à bancada do Partido Socialista, evitando esta encenação e propondo o que já sabe que vai acontecer, que é o recebimento dos fundos europeus da escola de Santa Bárbara e a sua aplicação noutras coisas.

É evidente que isto foi elaborado pela Câmara Municipal e não pelo Partido Socialista. Corrija-se o português para que isto passe de ilegal a teatrinho, com o qual podemos conviver, e vamos aprovar isto porque é importante. Se o português não for corrigido, não podemos continuar o debate porque isto é ilegal.

Sr. presidente da Mesa: – Quando foi colocado na ordem do dia o entendimento foi aquele que referi na minha intervenção inicial. Como refere o senhor deputado Luís Rendeiro, o texto vai ser corrigido para que o documento possa ser votado nesta Assembleia.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, caras deputadas e deputados municipais.

É lamentável o que se está aqui a discutir. Além de haver uma correção à proposta do PS, deixa de ser uma proposta de alteração para passar a ser uma recomendação. Mesmo assim, para ser uma proposta de alteração, o PS teria que referir a mudança desta verba que deixaria de estar alocada a esta rubrica.

O que vemos nesta recomendação do PS é um aumento da dotação orçamental significando uma revisão ao orçamento e não, uma proposta de alteração. É inadmissível que o senhor presidente da Câmara nos tenha trazido a todos aqui hoje para votarmos um orçamento, sabendo-se que haverá um novo em janeiro.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. É óbvio que se trata de um entendimento entre o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores e o grupo municipal do PS. Não escondemos que temos a mesma orientação política mas o grupo municipal do PS não se revê nas palavras «teatrinho» e «bombom» que foram aqui usadas. Alteramos o português para «recomendação» e o documento será discutido no próximo ponto.

Sr. d. m. Artur Lima: – Acho que tudo isto não passa de um teatrinho e uma situação extremamente desagradável de alguma irresponsabilidade. Quando aqui se diz: «temos a mesma orientação política» e há um arranjinho entre o seu grupo municipal e o senhor presidente da Câmara, não se pode ter pior do que isto em democracia com falta de respeito por todos os que foram eleitos, senhora deputada Marília. A senhora acabou de dizer que houve um arranjinho entre a senhora, o seu grupo municipal e o senhor presidente da Câmara, fazendo uma proposta cuja ilegalidade já foi aqui explicada pela senhora deputada Graça Silveira. A senhora deveria dizer: «Nós fizemos asneira com este arranjinho com o senhor presidente da Câmara.»

Os senhores dizem que se vai passar de «alteração» para «recomendação» para verem se tudo acaba em bem e vamos todos contentes para casa. Isso é uma falta de respeito por esta Assembleia e pela própria Mesa que interpretou como uma «recomendação» quando está ali escarrapachado «alteração». Qualquer jurista vê isso e vamos discutir um orçamento ferido de ilegalidade assumido por vós como um arranjinho.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Artur Lima, lembro-lhe um ditado latino do qual normalmente citamos apenas metade. Costuma dizer-se que errar é humano mas eles acrescentavam: «persistir no erro é diabólico». O que está aqui em causa é a correção de uma situação anómala, o que vai ser feito, e penso que estamos em condições de discutir o Plano e Orçamento.

Sr. presidente da Câmara: – O que está aqui a ser feito é importante para este concelho e para a transparência da gestão. A Câmara aprovou o orçamento antes da aprovação de qualquer candidatura, ou seja, apesar de previsíveis, deliberámos a não inclusão de verbas inseguras que passaram a ser garantidas depois de aprovado o orçamento e decorrido o prazo do seu envio para esta Assembleia.

A Câmara aprovou na altura o orçamento de forma correta; depois disso, felizmente para todos nós, chegou a informação de que havia a possibilidade da introdução de mais dinheiro e a resolução de problemas complicados como a recuperação de infraestruturas danificadas recentemente.

Não há aqui nenhum teatrinho; há o respeito pela relação política que existe entre a Câmara e o grupo parlamentar do Partido Socialista que a suporta. Chame-lhe o que lhe apetecer que eu chamo-lhe algo muito nobre: colaboração política.

Os senhores poderiam ter trazido para aqui outras recomendações para que aquele dinheiro fosse aplicado noutra sítio qualquer porque esta matéria foi conhecida por todos na reunião de

líderes. O senhor deputado passa a vida com as impugnações e ilegalidades mas não há aqui qualquer ilegalidade. O senhor já levou isso no orçamento de 2014 e quer outra vez?

Sr. d. m. Artur Lima: – E ganhámos.

Sr. presidente da Câmara: – Ganharam o quê? Ganharam experiência e fizeram uma figura que me coíbo de qualificar. Deixe-se de coisas, senhor deputado! O orçamento que vamos discutir foi aprovado em Câmara! O grupo municipal do Partido Socialista tem a liberdade de apresentar aquilo que quiser e a Câmara Municipal tem a liberdade para falar com o grupo municipal que a suporta, sempre que lhe apetecer e onde lhe apetecer! Aprenda um bocadinho como funciona uma câmara e uma relação política que o senhor, nem com os seus aliados de bancada sabe manter.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Não quero usar adjetivações e é preciso que as coisas fiquem bem claras. Os deputados municipais não têm poder para fazerem propostas de alteração ao Plano e Orçamento. Mesmo que se altere o português e isto passe a ser uma recomendação, os grupos municipais apenas podem apresentar propostas de alteração respeitantes a mudança de alocação de verbas sem alterar o montante total do orçamento. As revisões de orçamento que implicam um aumento da dotação orçamental têm que ser feitas pelo executivo e aprovadas em reunião de Câmara.

Qual foi a pressa de marcar esta reunião da Assembleia para hoje, se deveriam constar neste orçamento verbas importantes para o município? O município de Velas tem a sua reunião marcada para o dia 30, a Praia da Vitória para o dia 7 de dezembro e os prazos são só para nós?

Esta reunião deveria ter sido agendada para mais tarde para que o senhor presidente da Câmara integrasse no orçamento estas verbas que considera importantes para o município, em vez de pedir à bancada do PS para elaborar esta proposta. Estamos hoje aqui a aprovar um orçamento que perde a validade para integrar a recomendação do PS em janeiro.

Com arranjinhos ou sem arranjinhos, este processo foi muito mal conduzido, o senhor quis trazer aqui este orçamento à pressa para poder integrar verbas e arranjou-se esta estratégia que nem sequer é legal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma interpelação à Mesa): – Interpelo a Mesa porque a exaltação acaba mais uma vez por tomar conta da razão e não posso deixar de registar o incómodo e a forma como o senhor presidente da Câmara reage quando é confrontado com questões importantes relacionadas com o cumprimento da lei.

A exigência do cumprimento da lei não é uma provocação... Não percebi bem o aparte que o senhor vice-presidente da Câmara acabou de dizer e vou considerar um lapso do meu ouvido porque me pareceu calão.

Temos que cumprir as leis que nos regulamentam e impedem que isto se torne numa balda, numa grande confusão. Já percebemos que havia aqui uma intenção de se resolver um problema na ótica das prioridades da Câmara e do Partido Socialista que podem ser discutidas mais à frente mas a coisa foi feita de forma ilegal.

Pela forma como o senhor presidente da Câmara se exalta, qualifica as bancadas da oposição e culpa as pessoas por não terem trazido outras propostas de alteração, sabendo que estamos a discutir exatamente a ilegalidade desse tipo de procedimento, demonstra que não sabe o que está a discutir.

O senhor sabe muito bem que, em sede de auscultação do estatuto do direito de oposição, foram feitas outras recomendações e tidas outras conversas com a serenidade própria que não foram legitimamente acolhidas pela Câmara Municipal mas poderiam constar deste orçamento. Sejamos serenos e sérios. Se o senhor presidente da Câmara não gostar, não se exalte porque em democracia não temos que concordar uns com os outros.

Sr. d. m. Artur Lima (para uma interpelação à Mesa): – Senhor presidente, caso esta mudança para «recomendação» vá avante, fica assente que, em caso de Plano e Orçamento, todas as bancadas podem fazer recomendações à Câmara para alterar o orçamento. Acho que se está a cometer um erro e vamos pedir esclarecimentos à DGAL sobre esta matéria.

Quanto à sua exaltação, infelizmente a justiça em Portugal é demorada e também há arranjinhos entre a Câmara e a Inspeção Administrativa Regional, senhor presidente da Câmara. Eu acuso, denuncio, assumo e assino por baixo. O senhor inspetor regional e a Câmara dão os pareceres a pedido do Partido Socialista.

Sei muito bem como funciona uma assembleia municipal porque fiz parte de várias. Dou-lhe o exemplo de um orçamento que impugnei na Praia da Vitória que está para o Supremo Tribunal Administrativo sempre a dar-nos razão contra o parecer do douto inspetor e da douta Inspeção Administrativa Regional.

O argumento em que o senhor se baseia que é a razão da inspeção administrativa, para mim não colhe porque são absolutamente parciais e estão ao serviço do Partido Socialista, do Governo e de quem mais lhes pede desde que seja socialista.

Sr. presidente da Mesa: – Estamos em condições de discutir o Plano e Orçamento. Quando chegarmos ao ponto que levantou esta celeuma temos de o clarificar.

Sr. presidente da Câmara: – Este orçamento mantém as mesmas linhas de orientação do orçamento do corrente ano e foi elaborado com particular rigor e cautela. Não se incluíram aqui verbas de origem comunitária antes da certeza da sua aprovação, o que deu origem ao debate que acabámos de ter e tomámos medidas muito cautelosas em relação às despesas com o pessoal porque não temos qualquer informação sobre os eventuais impactos do Orçamento de Estado para 2016.

Temos um orçamento com cerca de 15,7 milhões de euros concentrados nos investimentos correntes do município, mantendo as áreas relacionadas com o pessoal e com as despesas correntes, admitindo que possa haver algum aumento da despesa com pessoal. As despesas correntes situam-se na casa dos 13 milhões de euros, as despesas de capital rondam os 12,5 milhões de euros e o orçamento total do grupo municipal ascende a cerca de 22 milhões de euros.

Os grandes investimentos previstos neste orçamento são essencialmente os que estão em curso e o maior e mais significativo será a construção do mercado municipal. Mantêm-se abertas todas as outras dotações que serão depois preenchidas por duas vias com as verbas resultantes da aprovação dos projetos no âmbito do quadro comunitário de apoio e a transição de saldo deste ano, fazendo com que seja possível uma melhor execução. Tudo isto levará a que, previsivelmente no fim do ano, tenhamos um investimento semelhante ao do corrente ano com um ligeiro aumento da execução na casa dos 4 milhões de euros se houver maior número de candidaturas aprovadas.

Este ano manteremos a mesma cautela no que respeita à gestão do pessoal. De acordo com o Orçamento de Estado de 2015 a Câmara Municipal de Angra ficou na segunda categoria mais favorável sem a obrigação de redução, mas impedida de aumentar a despesa com pessoal que é superior a 35% das receitas correntes do Grupo Municipal.

Este ano vamos pela primeira vez passar abaixo dos 400 funcionários com a redução de cerca de uma dúzia em relação ao ano anterior ou eventualmente mais, porque existem alguns funcionários em processo de aposentação cujo desfecho ainda poderá acontecer no decurso do corrente ano. Manteremos a breve trecho a contratação de um engenheiro civil para a Câmara Municipal e de um jurista para os Serviços Municipalizados no início do próximo ano, duas áreas profissionais que nos fazem imensa falta mas, em caso algum, violaremos a norma que nos impede de exceder o valor de remunerações do corrente ano.

Ainda em matéria respeitante ao pessoal há uma preocupação adicional com reflexo orçamental, relacionada com a entrada em funcionamento da TERAMB, onde se fez um recrutamento de pessoal essencialmente à base dos trabalhadores das câmaras de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.

A Câmara da Praia conseguiu um maior sucesso no recrutamento de pessoal preenchendo totalmente a sua cota mas a Câmara de Angra não o conseguiu devido ao número de trabalhadores que tenham dado a sua anuência na sua transferência para a TERAMB. Isto implicará um aumento da despesa visto que 60% dos vencimentos dos trabalhadores serão imputados à Câmara de Angra para efeitos de cálculo deste limite.

Tivemos uma particular prudência nas despesas com pessoal, não substituímos nenhum dos trabalhadores que saiu e teremos que manter esta postura no próximo ano para garantirmos que o acréscimo de despesa trazido ao grupo municipal com a entrada em funcionamento da incineradora, não se traduza num aumento acima do limiar estabelecido.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, restante executivo camarário, senhoras e senhores deputados. Começarei pela parte do turismo onde temos feito algumas campanhas no que respeita à promoção do concelho.

Daremos continuidade a algumas campanhas que temos feito, uma delas, o folheto que colocámos no jornal «O Jogo» referente ao jogo de futebol entre o Angrense e o Futebol Clube do Porto, uma excelente forma de promoção do município e da nossa cidade património mundial visto que o jornal tem uma tiragem de cerca de 36 exemplares.

Além da realização de várias ações e projetos, temos previstas algumas ações de requalificação da Ribeira dos Moinhos, uma delas a reconstrução do antigo moinho do Jardim Duque da Terceira, a criação de alguns roteiros temáticos em parceria com o Centro Regional de Artesanato, (mais um arranjinho), um novo roteiro para os vários fortes da ilha e o melhoramento de trilhos no Monte Brasil em parceria com a Direção Regional dos Recursos Florestais.

Temos mantido o protocolo com a VITEC que faz o noticiário diário das diversas atividades através do MEO canal e outros e no que toca à reabilitação e revitalização urbana, destaco a requalificação da baía do Fanal discutida há pouco, de outros espaços urbanos como a intervenção realizada na rua Direita e no Chafariz Velho e outras semelhantes que decorrerão no centro histórico onde é preciso intervir devido às intempéries.

Decorreram ainda diversos eventos já aqui referidos pelo senhor deputado Péricles Ortins e tencionamos manter as várias parcerias com as entidades civis e com a Câmara do Comércio com vista a uma maior potenciação do comércio local no centro urbano.

Temos desenvolvido a promoção de eventos nas várias freguesias através do apoio a atividades pontuais, estamos a intervir nas escolas da Terra Chã e do Pico da Urze e a seguir iniciaremos a intervenção na escola de S. João de Deus.

Foi incluída no estudo de trânsito a melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida porque os sinais colocados no passeio dificultam a passagem de cadeiras de rodas ou carrinhos de bebé.

No que respeita à requalificação das zonas balneares do concelho, está prevista uma intervenção na Salga e a gestão dos nadadores salvadores durante a época balnear.

Estamos a adquirir os terrenos na zona da Matela para a criação de uma nova zona de visita com base no conceito das infraestruturas verdes que se tem vindo a desenvolver nas cidades europeias e temos cumprido com o que está previsto na lei a respeito da eficiência energética. No site da Câmara Municipal existe um *link* que permite verificar os consumos diários dos edifícios municipais e de alguns troços de iluminação pública e temos vindo a fazer auditorias energéticas aos vários edifícios com vista à redução dos consumos de energia elétrica.

Manteremos o projeto «A casota» com o centro oficial de recolha de animais na zona do aterro sanitário, continuaremos a proceder à esterilização das fêmeas gatas e cadelas do concelho que forem adotadas, manteremos as campanhas de adoção e contra o abandono e o protocolo com a Associação dos Amigos dos Animais da ilha Terceira. Em 2015 pusemos em prática uma campanha que permite aos proprietários de animais cumprirem com a legislação, registando-os nas juntas de freguesia com a vacina antirrábica em dia e *microchip*.

Já foi aqui referido um reforço de verba para a aquisição de raticida para distribuir pelas várias freguesias, não inviabilizado o que está já a ser feito pelos SMAH como a colocação de veneno nas ribeiras e raticidas em estações rateiras em todos os pontos de recolha de lixo e vamos intervencionar o Teatro Angrense para combate à infestação de térmitas.

Nas atividades de apoio pré-escolar temos uma nova valência, o espaço mar, sediado no Porto das Pipas em parceria com o Observatório do Mar e o Centro de História de Aquém Mar da Universidade Nova que tem contribuído para a divulgação do parque arqueológico subaquático da baía. Temos levado todas as escolas ao centro e a técnica também se desloca aos estabelecimentos de ensino para prestar mais informação.

Por fim, no que diz respeito à atividade cultural, destacamos os maiores eventos como as Sanjoaninas, a Feira Taurina, o cinema, o Angra Rock, o AngraJazz, o COFIT, o Festival Municipal de Filarmónicas do Porto Judeu, entre outros.

Sr. vereador Guido Teles: – Bom dia senhor presidente da Mesa e senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia. Perante esta conjuntura de crise ainda em recuperação, a Câmara continuará a assegurar a colocação dos munícipes desempregados em programas ocupacionais e em estágios profissionais permitindo a facilitação da integração na vida ativa.

Numa perspetiva de promoção da capacidade empreendedora dos jovens angrenses e dos empreendedores do nosso concelho em geral, vamos avançar este ano com a obra de remodelação do solar do capitão donatário para lá podermos instalar a «Startup Angra».

Vamos celebrar um protocolo com a Câmara do Comércio de Angra para promovermos alguns eventos de iniciação a esta *Startup* no início do ano que vem através de *workshops* e formações na área do investimento para facilitar a entrada de novos negócios no concelho.

Manteremos a cooperação com a Universidade dos Açores onde será construído um ring para a prática desportiva solicitado pela Associação de Estudantes e pela própria universidade e continuaremos com a instalação das redes *wi-fi*.

Estão já instaladas os vários *hot spots* que estavam previstos no contrato de comunicações que celebrámos, incluímos no orçamento a continuação do programa de combate às dependências no concelho que tem sido muito bem implementado pela Casa do Povo de Santa Bárbara, continuaremos a prever uma verba bastante considerável para o «*Estuda +*», o programa de complemento dos estudos que neste momento envolve o apoio a mais de 60 jovens angrenses.

Quanto à política desportiva, manteremos a mesma verba de apoio aos clubes e procederemos à manutenção do parque desportivo municipal efetuada pela equipa da Câmara dentro da nossa disponibilidade de meios, vamos avançar com os trabalhos da obra do campo de futebol da Ribeirinha de carácter urgente devido às intempéries de setembro passado e temos ainda prevista uma verba de cerca de 50 mil euros para a execução das 9 propostas aprovadas no Conselho Municipal da Juventude.

Para finalizar, temos ainda previstas verbas para a continuação da implementação das medidas de modernização administrativa do município para facilitar os serviços aos cidadãos. Estamos a terminar a elaboração dos requerimentos *online* para a área urbanística para que seja possível estender estes serviços a todas as juntas de freguesia.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Tenho dúvidas de que tenha lido o mesmo orçamento porque foram distribuídas à oposição páginas desfocadas e documentos diferentes. Comecei a analisar o orçamento da Câmara Municipal para 2016 através da comunicação social e no passado dia 31 de outubro li o seguinte título no Diário Insular: «*Prioridade da autarquia de Angra em recuperar estragos das intempéries.*»

Entusiasmei-me! Porém, ao passar do título para a notícia, comecei a ficar com dúvidas. A Câmara compromete-se a recuperar estragos mas ainda não sabe com que dinheiro o vai fazer... Desde logo porque as verbas destinadas a este fim estão classificadas como “não definidas” – seja lá o que isso queira dizer – se bem que uma parte muito significativa do orçamento socialista é todo ele “não definido”...

Justifica-se esta indefinição com falta de legislação regional que disporá sobre o apoio do Governo à recuperação dos estragos e com o facto de ainda não estarem disponíveis os fundos comunitários do Programa Operacional Açores 2020.

Ao analisar *a posteriori* a proposta de orçamento da Câmara, todas as rubricas relativas à recuperação dos estragos da intempérie de setembro passado têm uma dotação orçamental de apenas 5 euros. Sim, disse bem; 5 euros! Agora, à pressa e com outras coisas à mistura, entregou o presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ao grupo municipal do PS, uma verba de 1 milhão de euros para distribuir pelas intempéries. Percebe-se que se queira que o PS consiga ficar com boa imagem nesta história mas desta história falaremos mais à frente quando se discutir o que o PS propõe.

Mais abaixo, na referida notícia pode ler-se: “*Outra obra prioritária da Câmara é o novo mercado municipal que será construído no Bailão.*” Uma obra que não é quantificada pelo jornalista mas que é classificada pelo autarca Álamo Meneses como “*importante para o fomento da economia da cidade*” e por isso deverá arrancar “ainda em 2016”. Sublinho o “ainda”.

Bom, já de orçamento em punho, fui ao resumo orçamental e consegui descortinar a módica quantia de 20 euros inscritos para esta obra tão fundamental para o fomento económico da cidade. São 5 euros para peças concursais, 5 euros para a obra de construção, 5 euros para a coordenação e segurança e 5 euros para a fiscalização da empreitada. Estranho. Diria mesmo, muito estranho!

Entretanto, lembrei-me: o senhor presidente da Câmara ainda não tem os fundos comunitários disponíveis para fazer a obra, o Governo Regional socialista está atrasado e apesar do novo quadro comunitário de apoio ser relativo ao período 2014-2020 (sublinho 2014), ainda não há financiamento assegurado.

Virei então algumas páginas da proposta de orçamento e detetei que a obra do regime – como há de ficar conhecido o hipermercado municipal de 3 andares que o presidente Álamo Meneses quer construir no Bailão – custará aos contribuintes angrenses quase 5 milhões de euros.

Ora, sabendo-se que a União Europeia cofinancia os investimentos a uma taxa de 85%, caberia à Câmara contabilizar à partida os 15% da sua componente de financiamento. Estranho; 20 euros de cabimentação não correspondem aos 15% dos 5 milhões que a autarquia quer investir no hipermercado municipal.

Por mais que o senhor presidente diga que, quando tiver os fundos comunitários disponíveis fará uma revisão orçamental para alocar as verbas devidas aos projetos cabimentados a 5 euros, fica a dúvida de onde irá buscar o dinheiro para fazer esta obra!

Não é só o CDS-PP que nutre um sentimento de estranheza relativamente à obra do novo hipermercado municipal; também o presidente da Câmara diz não perceber a oposição da oposição à localização teimosamente definida por ele para o novo mercado de Angra.

Pois, senhor presidente da Câmara, lamento eventualmente desapontá-lo mas o CDS-PP nunca defendeu a saída do mercado Duque de Bragança da sua localização atual e profundamente central. Sempre fomos a favor da reabilitação do atual mercado com a criação de um parque de estacionamento próprio e a disponibilização de melhores e novas valências para potenciar a valorização dos produtos locais até a apetência turística do mesmo, em suma, para fomentar a economia local. Se alguma oposição está (ou esteve) comprometida com outras localizações para o mercado municipal, não foi nem é o CDS-PP.

Qualquer cidade que se preze tem o seu mercado municipal no centro. É estranho que um presidente de câmara, que tanto critica a oposição por não querer dar usos alternativos à praça central da cidade como qualquer cidade que se preze (segundo o senhor presidente), relativamente ao mercado, seja o próprio presidente a ter quase uma obstinação com a sua deslocalização para uma extremidade do centro histórico!...

Que fique claro de uma vez por todas que o CDS-PP é contra a saída do mercado municipal de onde está. O CDS-PP é contra a localização do mercado no Bailão. O CDS-PP é frontalmente contra o projeto megalómano que o PS tem para um novo mercado municipal porque será um elefante branco.

Para já podemos ficar todos descansados; 2016 não será ainda o ano de arranque da obra porque não é ano de eleições e primeiras pedras e obras a avançar, pelo menos desta dimensão, só para 2017.

Senhoras e senhores deputados. Continuando a ler a tal notícia, chegamos a outro anúncio do líder do executivo camarário socialista: a obra para travar a erosão costeira do Fanal. Mais uma vez o jornalista não cita fonte oficial quanto ao orçamento da obra. Inicialmente achei estranho porque, geralmente o preço é dos fatores mais atrativos quer para a elaboração da notícia quer para a promoção da política de quem manda! Vim a perceber o motivo mais tarde.

Quando peguei na proposta de orçamento constatei que para esta obra – que não será bem o que se anuncia, mas mais um passeio pedestre à beira-mar plantado porque, em bom rigor, é mesmo disso que Angra está a precisar – estão reservados apenas e outra vez 20 euros: 5 euros para a aquisição de projeto, 5 euros para a obra, 5 euros para coordenação e segurança e 5 euros para a fiscalização; pelo menos é o que consta do resumo orçamental.

Todavia, se folhearmos algumas das páginas do documento, a letras mais miúdas num outro quadro existe uma verba de 180 mil euros para comprar terrenos para fazer o tal calçadão do Fanal. Mais uma vez, através da análise deste segundo quadro, o que percebemos é que em 2016 não será absolutamente nada feito quanto ao arranque da obra... É mais uma para avançar em 2017, o ano das eleições. Assim esperamos!

Noutra frente, na questão do trânsito e do estacionamento, que especial deleite tem provocado ao senhor presidente da Câmara nestes dois primeiros anos de mandato, o orçamento para 2016 é “poucachinho” seguindo a nova terminologia socialista.

Para além dos quase 40 mil euros que há para pagar a um gabinete de arquitetos que elaborou um estudo de trânsito e estacionamento para Angra – que basicamente se limitou a concluir exatamente aquilo que o presidente da Câmara sempre quis concluir – sobram pouco mais que 10 euros para dividir entre as obras de construção de um silo automóvel com zona comercial e a coordenação e segurança da dita obra e 5 euros para o projeto do terminal de passageiros interurbano. Mais uma vez, havemos de ouvir a justificação de que a rubrica está aberta com 5 euros porque ainda não estão disponíveis os fundos comunitários que financiarão a obra.

Senhoras e senhores deputados, esta tem sido uma análise feita com base numa notícia que destacava pontos de principal atenção e que me mereceram, à partida, algumas pesquisas e comparações. Isto quer dizer que, possivelmente o melhor ainda estará para vir.

Peguei na proposta de orçamento, comecei a esmiuçá-la e confesso-vos que é um exercício por vezes cómico, para não dizer trágico. É que, dos discursos sempre eloquentes do presidente da Câmara para aquela que será a realidade em 2016, não se augura nada de positivo para o desenvolvimento económico e social do concelho e da cidade no próximo ano com uma pequena exceção: a introdução do IMI familiar como o CDS-PP tinha proposto informalmente e a Câmara se comprometeu a concretizar e cumpriu.

Desde logo constatámos que, ao contrário do que era expectável, o orçamento de 2016 ainda é mais pequeno que o do ano passado mas já sabemos que a culpa é do Governo Regional socialista que ainda não disponibilizou as verbas do novo quadro comunitário.

Por outro lado, as linhas gerais da política orçamental não batem com as verbas inscritas no orçamento. Diz-se: *“sendo este o terceiro orçamento do presente mandato (...) é um documento que consolida as opções tomadas nas GOP’s de 2014 e 2015 (...) refletindo em pleno as orientações sufragadas...”* mas, como já vos adverti, quando vamos ver os investimentos previstos para as grandes “bandeiras” como o mercado, o silo automóvel ou o trânsito, tudo está orçamento por 5 euros!

Depois, teoricamente é dada grande prioridade ao programa municipal de aumento da competitividade com as boas intenções de participar no arranque do Parque Tecnológico da Terceira e na criação da «Startup Angra», projeto de incubadora de empresas. Mais uma vez temos 5 euros de investimento previsto para o arranque do Parque Tecnológico e 50 euros para a «Startup» divididos em quantias de 5 euros entre as várias rúbricas que vão da construção à compra de material, passando pelos planos, formação e campanhas de marketing, entre outras.

Há mais! Vejam se conseguem adivinhar qual a verba prevista para a cooperação com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo na redução de custos de contexto na atividade económica do Concelho! Isso mesmo; 5 euros!

Para o programa jovem empreendedor “Chega-te à frente” há 50 euros divididos em quantias de 5 euros entre as várias rúbricas que vão da construção à compra de material, passando pelas campanhas de marketing, entre outras. Já sabemos que tudo está dependente da revisão orçamental que há de ser feita quando existirem fundos comunitários disponíveis.

Passemos da página 10 para a 11: *“A cidade e o núcleo urbano de algumas freguesias rurais necessitam de ser requalificadas e revitalizadas...”* Boa intenção!

Vamos aos números onde verificamos a inscrição de... 5 euros para apoio à habitação na zona classificada de Angra, 5 euros para a aquisição de terrenos para correção de estradas, 5 euros para o apoio à elaboração de projetos para a melhoria das condições de habitações, 5 euros para o programa de reabilitação de habitações devolutas e abandonadas, 5 euros para a aquisição de imóveis com vista à requalificação urbana e 10 euros para o apoio à habitação jovem. Calma! São 5 euros para a conservação de bens e outros 5 para outros bens, sejam lá quais forem.

Bom, talvez seja melhor passarmos ao ponto seguinte *“realização de um programa de urbanismo comercial que ajude o comércio tradicional a recuperar da forte recessão...”* Mais uma boa ideia! O problema está, outra vez, na transformação das ideias em realidades.

A Câmara de maioria socialista quer elaborar um plano de revitalização do centro urbano de Angra, atualizar o estudo de trânsito, acompanhar as novas tecnologias de combate às térmitas, construir um novo mercado municipal e um terminal de autocarros.

Temos então 15 euros para o fomento de novas atividades económicas do concelho, 5 euros para deslocação e estadas, 5 euros para publicidade, 5 euros para trabalhos especializados e temos 5 euros para a cooperação com o Governo Regional nos estudos para a reativação do tráfego de passageiros no Porto das Pipas. É pouco, poucachinho!

Agora é que a Câmara quer fazer planos de revitalização quando, até agora, queria decorar montras de lojas devolutas com flores do meu jardim. Agora é que a Câmara quer estudar o trânsito e ainda não fez outra coisa senão brincar aos carrinhos.

A Câmara quer revitalizar Angra, matando térmitas e retirando ainda mais os carros e as pessoas do centro da cidade com a deslocalização do mercado e a retirada dos autocarros do centro.

Poderíamos ainda pensar no turismo mas o que encontramos nesta vertente são 5 euros para um jardim botânico e um centro de visitação da Matela, 5 euros para a aquisição de imóveis, 5 euros para as obras na Ribeira dos Moinhos, 5 euros para a melhoria das acessibilidades às explorações agrícolas e pontos turísticos de interesse, 5 euros para o festival «Angra mais Jovem», 5 euros para as especialidades de engenharia do Centro Interpretativo de Angra e 10 euros para grandes reparações do CCCAH.

Senhoras e senhores deputados. De 15,6 milhões euros de orçamento, sobram 4,3 milhões para investimento em 2016, ou seja, para além de pagar despesas correntes, o contributo da autarquia para o desenvolvimento económico e social do concelho será de apenas 27%.

Assim, e porque as opções socialistas não permitem vislumbrar quaisquer ações que possam contribuir para um efetivo desenvolvimento económico do concelho e para uma real dinamização da cidade património mundial – facto esquecido neste documento –, o CDS-PP tem grandes dificuldades em viabilizar um orçamento que servirá basicamente para pagar despesas correntes e manter as portas da Câmara abertas.

Temos pena. Muita pena! Julgávamos que os angrenses que votaram neste Partido Socialista mereciam um pouco mais de consideração.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Encontrei alguns erros no documento. Na página 11, as intempéries foram em 2015 e não em 2016. Na página 21 mencionam a lei mas não indicam o número do artigo; na página 28 aparece um quadro de despesas na análise da receita; na página 30, quando começa o Plano Plurianual de Investimentos, também se refere 2015 em vez de 2016.

À semelhança do Ponto 1.3, julgo que o Ponto 1.2 da ordem dos trabalhos deveria estar mais discriminado, identificando as receitas correntes de capital e o que é o Plano Plurianual de Investimentos.

Relativamente aos documentos, no que toca ao emprego, de referir que 13% dos desempregados dos Açores em 2013 eram angrenses, passados 2 anos não se notaram diferenças nesta matéria e, pela leitura do plano, parece-me que seu futuro não augura nada de bom.

Peço um esclarecimento ao senhor presidente da Câmara relativamente ao que me parecem algumas incongruências do documento. Algures na página 9 pode ler-se: «... *aproveitar os fundos ainda disponíveis no PROCONVERGÊNCIA...*» algo que contrasta com o que é referido na página 29: «*Não se prevê execução em 2016 no PROCONVERGÊNCIA...*» e na página 33: «*O orçamento de 2016 não tem qualquer receita prevista no PROCONVERGÊNCIA.*» Julgo que este conteúdo da página 9 poderá ter resultado de um «*copy and paste*» do documento anterior porque o PROCONVERGÊNCIA termina a 31 de dezembro de 2015 e poderá haver entrada de receita mas não haverá despesa.

Relativamente à limpeza de espaços públicos, na página 13 diz: «*Será prosseguido o processo de harmonização dos montantes a transferir tendo em conta os quilómetros e áreas das juntas de freguesia.*» Peço ao senhor presidente da Câmara que esclareça o que isto quer dizer e especifique como são calculadas as verbas de cooperação com as juntas de freguesia na rubrica de limpezas de arruamento.

Na página 28 é indicado um aumento de 271 mil euros em impostos diretos comparados com o ano 2015. Gostaria de saber com que base estes cálculos foram feitos pois não existe informação no documento que permita conferir os cálculos das receitas previsionais.

Peço ainda um esclarecimento relativo à página 42 porque o senhor presidente referiu o impedimento da Câmara na contratação de pessoal e menciona a contratação de 2 técnicos superiores.

Na análise do Plano Plurianual de Investimentos destaca-se a diminuição do IMI, incluindo as famílias com filhos, a diminuição das taxas de fixação e investimentos de jovens em Angra e o não empolamento das receitas com verbas ainda não asseguradas.

No final de 2016 o senhor presidente não poderá desculpar a baixa execução com falta de verbas comunitárias que vão sendo inseridas à mediada que vão aparecendo e, como disse o colega Pedro Ferreira, constata-se que 72% das despesas da Câmara são despesas correntes, revelando um município de funcionamento e não de investimento.

Como aspetos negativos, e repetindo o que foi dito, não concordo com a construção do mercado no Bailão, não se prevê a devolução do IRS aos municípios, não existe dotação para resolver a situação das obras das calçadas de uma forma cabal, não há soluções para a problemática da infestação das térmitas e, apesar de se pagar 500 mil euros do projeto do Centro Interpretativo, não se percebe se a obra vai avançar ou se o projeto vai ficar na gaveta.

Sr. presidente da Câmara: – A revista de imprensa a que acabámos de assistir fica na secção das revistas de imprensa. O que consta da página 9 do documento relativamente ao aproveitamento de fundos é dito no contexto da necessidade de transição de investimentos para o ano que vem. Financiámos estradas com fundos do quadro comunitário que aliviaram o orçamento e resultaram nesta necessidade de inscrever as verbas da escola.

Não entrará dinheiro novo em 2016 mas o impacto desta opção vai traduzir-se numa alteração de financiamento em projetos do próximo ano. O que se pretende dizer aqui é que foi retirado o financiamento à escola de Santa Bárbara no passado quadro comunitário que foi refinanciada no novo quadro.

Quanto à harmonização dos montantes da limpeza, acontece que a distribuição das verbas pelas juntas de freguesia foi feita com base numa tabela elaborada em 2013 com um valor fixo de 200 euros para cada junta de freguesia e um valor variável resultante do número de quilómetros avaliados por 70 euros naquela altura.

A experiência da aplicação mostra que o peso dos 200 euros é excessivo face aos 70, o que faz com que as juntas de freguesia com maior quilometragem de caminhos acabem por usufruir de um valor por quilómetro inferior a outras com menos caminhos.

Esta é uma matéria complexa que gerou longas discussões em 2011 e precisa de ser revista por ser conexas com as limpezas de áreas verdes efetuadas por cada junta de freguesia onde se registaram também grandes alterações e são multiplicadas por um determinado valor. O pessoal pode ser o mesmo e os custos devem ser repartidos por ambos os lados.

Na sequência de uma proposta do senhor vereador Fernando Dias, vamos iniciar um processo de revisão desta matéria através de reuniões com os senhores presidentes de junta com vista à remedição dos quilómetros existentes em cada lado, incluindo a limpeza das ribeiras e da orla costeira que, nalguns casos, transitou para as juntas de freguesia. Com o decurso do tempo os valores atualmente atribuídos às juntas de freguesia estão em boa parte obsoletos, razão pela qual procuraremos obter uma tabela mais adequada e completa.

No que respeita aos impostos diretos, o valor colocado é o legalmente necessário, ou seja, a média dos 3 últimos exercícios. Como resultado do aumento de impostos, ao longo dos próximos anos haverá um aumento do inscrito que se manterá dentro dos valores previsíveis. Esperamos que seja este o executado, razão pela qual teremos este ano uma execução de 101 ou

102%. O valor deste ano está ligeiramente subestimado, embora não seja significativo do ponto de vista da execução global do orçamento.

No que respeita ao pessoal, face à saída por razões de aposentação, rescisão amigável ou outras, podemos preencher já uma das vagas, apesar do efeito TERAMB. Com a continuação da evolução normal do quadro de pessoal temos a possibilidade de admitir mais um jurista para os Serviços Municipalizados, cujo volume contraordenacional muito elevado tem sobrecarregado os juristas da Câmara causando algum constrangimento, mas só o faremos com a certeza de que não ultrapassaremos o valor do executado no ano anterior como a lei obriga.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O CDS-PP não se revê neste orçamento por questões ideológicas de divergências políticas com o atual executivo. Refiro-me ao facto de o senhor presidente da Câmara continuar a negar aos munícipes a sua participação na elaboração do orçamento e dos investimentos prioritários para o seu município, ou seja, o senhor presidente da Câmara não quer o orçamento participativo.

Em relação à devolução do IRS, a desculpa dos orçamentos espartanos e das dificuldades em época de austeridade não cola porque a Câmara Municipal de Velas herdou uma situação financeira muito complicada à beira de um resgate financeiro e contempla no seu orçamento deste ano a devolução de 2,5% do IRS às famílias, num claro sinal político de que também se pode fazer uma gestão do município pelas famílias. Estranhamente, a governação socialista tão amiga do outro, nega este instrumento que tem ao seu alcance e teima em não o executar.

Temos ainda outras questões mais específicas diretamente relacionadas com o orçamento muito bem explicadas pelo deputado Pedro Ferreira em que percebemos a lógica da utilização de dinheiros públicos com alguma parcimónia e devemos evitar os orçamentos inflacionadíssimos, como vimos no passado, que resultaram em taxas de execução muito baixas. Um investimento de 4 milhões no município é «poucachinho».

Se, em 2015, tínhamos já um orçamento espartano com a desculpa de que estávamos numa fase de transição entre quadros comunitários de apoio, este ano o orçamento emagreceu 2 milhões, o quadro comunitário 2014-2020 vai no seu terceiro ano e não se percebe este emagrecimento por questões relacionadas com fundos comunitários.

À parte os ridículos 5 euros de dotação em várias rubricas, é verdadeiramente preocupante a falta de dotação própria para que a Câmara possa voltar a concorrer a esses fundos comunitários; ou o senhor presidente da Câmara não os pretende usar, ou terá que fazer alterações ao orçamento, dia sim, dia sim senhor.

Quando se olha para as verbas alocadas para as Grandes Opções do Plano verifica-se que 3 milhões equivalem a fundos não definidos e o mesmo acontece com os 90% das verbas alocadas ao crescimento económico e melhoria da competitividade. Para a inovação e empreendedorismo, uma área tão cara à governação socialista, são indefinidos 90% dos fundos! Este orçamento é de uma tal falta de transparência que, quem tiver a veleidade de o aprovar nem sabe o que está a viabilizar e o CDS-PP não pode passar cheques em branco.

Sr. d. m. João Santos: – Confessou que fiquei cansado de ouvir o deputado Pedro Ferreira e não percebo porque continua a trazer a lição escrita, estando presente o deputado Artur Lima.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Muito boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Tinha uma dúvida relativamente à cooperação com as juntas de freguesia no que respeita à limpeza de arruamentos mas o senhor presidente da Câmara já nos explicou e reconhece sabiamente que a fórmula dos 200 euros fixos que está definida mais os 70 euros multiplicados pelos quilómetros de cada freguesia é injusta para as freguesias maiores, uma vez que o peso dos 200 euros se destaca na dotação concedida às freguesias mais pequenas.

Introduzi numa folha de cálculo esta fórmula fornecida à vereação e verifiquei que não bate certo para todas as freguesias porque 4 delas estão a receber muito acima da fórmula. A Terra Chã recebe 969 euros por quilómetro linear em comparação com os 1 025 euros do Porto Judeu e os 2 059 euros de S. Pedro. A freguesia de S. Mateus recebe 1 002 euros, o Posto Santo recebe 1 464 euros e Santa Luzia, 2 322 euros, notando-se uma clara discriminação de umas freguesias em relação às outras que se tem arrastado nos últimos 2 anos.

Sr. presidente da Câmara: – Nos últimos 4, para ser mais exato.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – A freguesia do Posto Santo está a receber 19% acima da média, S. Bento recebe 16% a mais, S. Pedro chega aos 43% e Santa Luzia aos 46% acima da média. Enquanto a freguesia da Terra Chã tem que se governar com 969 euros para a limpeza de um quilómetro linear, Santa Luzia limpa um quilómetro com 2 322 euros. Não tenho nada contra o facto de Santa Luzia receber esta verba mas não consigo perceber os critérios utilizados e por que razão não é mantida a mesma fórmula para todas as freguesias.

Sr. presidente da Câmara: – Esses valores mantêm-se há 4 anos para limpeza de ribeiras, espaços verdes, orla costeira e outros que não estão expressos na tabela. O Porto Judeu e S. Mateus têm a seu cargo as limpezas da orla costeira e Santa Luzia limpa todas aquelas áreas verdes.

Foi discutida em reunião de Câmara a revisão destes valores com os senhores presidentes de junta na busca de uma uniformização de critérios e além dos quilómetros de estrada, terá que ser incluída a limpeza das ribeiras, da orla costeira, dos espaços verdes, entre outros. Não há aqui qualquer favoritismo em relação a qualquer junta de freguesia porque esta Câmara manteve os valores que vinham de trás.

Sr. vice-presidente da Câmara, José Gaspar Lima: – Boa tarde senhor presidente e ilustre Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Por insistência de vários presidentes de junta de freguesia, a tabela foi revista por não cumprir com a limpeza que era efetuada nas freguesias. Tal como eu, outros presidentes de junta não concordaram mas os restantes votaram a favor e em democracia ganha a maioria.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este é um Plano e Orçamento de continuidade das linhas da Câmara que não têm cumprido o objetivo de desenvolvimento do concelho, o aumento da atividade económica e a criação de emprego que não seja através de programas de apoio. Este é um orçamento cada vez mais curto que depende cada vez mais de financiamento externo.

Passamos pelo ridículo de se elencar na nota introdutória um conjunto de pseudo investimentos regionais não camarários e anunciá-los como benéficos para o concelho, algo já feito no tempo da doutora Andreia Cardoso.

É anunciado um conjunto de obras já feitas ou que se encontram paradas há 10 anos em que as verbas são cabimentadas no Governo Regional ano após ano acabando por não se concretizar, como a construção das novas instalações do Laboratório Regional de Veterinária que se encontram prontas e cujo equipamento será comprado fora do mercado local sem benefícios para o concelho.

O Parque de Exposições da Ilha Terceira é outra obra longe de ser concluída assim como a Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, o antigo hospital da Boa Nova, enfim, um conjunto de investimentos estruturantes que se arrastam. Também se assume como investimento do concelho de Angra, os 11 milhões da parceria público privada do hospital de Angra e anda-se a brincar aos números.

É tanta a pressa de querer fazer número com aquilo que não pertence à Câmara, que se elencou neste quadro a execução do protocolo com a diocese de Angra para intervenções nas igrejas do Faial danificadas pelo sismo como o senhor presidente da Câmara bem sabe porque era secretário regional na altura.

Foi aqui dito pelo CDS-PP nas vozes dos deputados Pedro Ferreira e Graça Silveira que a Câmara rejeitou as propostas da oposição da devolução da participação variável do IRS e do orçamento participativo. Continuamos a entender que essas medidas aumentariam a participação dos munícipes nas decisões das prioridades para o seu concelho com mais alguma folga às famílias nestes tempos de dificuldades. Devem ser direcionadas as verbas necessárias para a devolução da participação variável do IRS em vez de se gastar dinheiro noutras coisas como centros interpretativos.

Entendemos que continua a não existir uma abordagem séria ao flagelo da destruição do património edificado deste concelho como a praga das térmitas. Não há apoios às obras nas casas, exceto aqueles dirigidos a agregados familiares de tal forma carenciados que não são os proprietários dos imóveis, algo em comum entre os apoios camarários e a legislação regional. Os apoios existentes são curtos e não estão dirigidos à franja da população titular dos imóveis.

O mercado municipal que a Câmara pretende não é o mercado que a oposição quer fazer porque, independentemente das questões da localização, aquele projeto é demasiado grande para as necessidades do concelho. Desde que se começou a falar na requalificação da cidade e de um novo mercado, o hipermercado Continente foi ampliado e foram criados de 2 novos supermercados Guarita na periferia que retiraram gente ao centro da cidade. Como não levaríamos a cabo um projeto daquele tamanho encaixado no meio das edificações ali existentes, não daremos o nosso voto favorável.

O que aqui foi dito pela senhora deputada Rita Andrade acerca do desemprego no concelho é preocupante. O emprego tem recuperado nos Açores nos locais onde o turismo tem crescido, mas o mesmo não se tem verificado na Terceira que ruma em contra ciclo com a região, fruto da falta de uma política eficaz de promoção do turismo.

Somos constantemente estrangulados por entidades públicas, uma delas a SATA, cujas rotas, horários, voos e principalmente os preços, estão a assassinar o turismo da Terceira. A recente reunião que decorreu no Golf entre 50 agentes de viagens alemães e 4 amigos da ATA foi um escândalo. A Câmara tem que incluir algo mais nas suas políticas de atratividade do turismo.

Este Plano e Orçamento é mais do mesmo, senhor presidente. A preocupação em resolver assuntos de agenda corrente, alindamento e jardinagem é apenas um passinho à frente em relação aos executivos anteriores também socialistas, em que não se fazia absolutamente nada.

Nada está a ser feito em termos de medidas estruturantes e a questão dos 5 euros nas rúbricas de investimento e nas Grandes Opções do Plano em que a Câmara depende completamente do investimento externo é grave. Pelo facto de o concelho de Angra continuar a não avançar, vamos votar contra este orçamento.

Sr. d. m. José Santos: – Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores deputados, caros amigos, boa tarde a todos.

Talvez o senhor deputado Francisco Câmara tenha dito algo de jeito mas sem que me tenha apercebido. Temos que estudar e conhecer uma freguesia para podermos falar dela; não basta ir ao Google buscar informação sobre as freguesias porque elas mudam quase de ano em ano. Santa Luzia é a freguesia mais alta da ilha; se a subirem chegarão cá com mais embalagem para poderem falar melhor.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Informo o senhor deputado José Santos que não consultei o Google, baseei-me nas informações cedidas pelo senhor presidente da Câmara e, se há aqui algum santo padroeiro, já percebemos qual é. Tenho aberta a fórmula *Excel* cedida pelo senhor presidente da Câmara que me diz que há uma medida para uns e outra para outros. O senhor é dos que tem a fórmula mais clara e os outros têm a mais escura.

A fórmula aplicada às Doze Ribeiras, à Feteira e ao Porto Judeu não é a mesma que é aplicada ao Posto Santo que deveria receber 8 196 euros; sabe quanto vai receber? 10 100. A fórmula

que se aplica ao Raminho, à Ribeirinha e a S. Bartolomeu não se aplica a S. Bento que, em vez de 10 800, vai receber 12 900 euros.

Sr. presidente da Câmara: – O senhor está a esquecer-se da ribeira de S. Bento.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – A fórmula aplicada a S. Mateus não se aplica a S. Pedro porque deveria receber 8 448 euros e vai receber 14 900, 43% acima. A fórmula que se aplica a S. Sebastião e a Santa Bárbara não é a mesma que é aplicada a Santa Luzia que, por estes dados fornecidos pelo senhor presidente da Câmara, deveria receber 7 356 euros mas vai receber 13 700. O senhor tem razões para estar satisfeito mas eu queria mais dinheiro para todos.

Os critérios devem ser iguais para toda a gente e não concordo que se dê mais a uns do que a outros. Esta fórmula gera discrepâncias e injustiças para as freguesias que recebem menos e há 4 freguesias que recebem mais do que as outras sem qualquer justificação matemática. O senhor deveria ter ficado calado porque a sua freguesia recebe 46% acima do que deveria.

*Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, **O Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano 2016 foram aprovados por maioria com 26 votos a favor (22 do PS, 3 do PSD, 1 do d. m. independente), 2 abstenções do PSD e 10 votos contra (6 do PSD, 4 do CDS-PP).***

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma interpelação à Mesa): – Informo a Mesa que os grupos municipais do CDS-PP e do PSD darão entrada de 2 declarações de voto de vencido, uma relativa ao ponto que acabámos de votar, a outra referente ao ponto seguinte.

Damos também a conhecer às senhoras e aos senhores deputados o que o senhor presidente já sabe. Alguns de nós terão que se ausentar e não retomaremos os trabalhos da parte da tarde porque temos um avião para apanhar e esta sessão foi marcada para uma semana que coincide com a discussão do Plano e Orçamento Regional na Assembleia Legislativa Regional. Infelizmente foi assim, esperemos que da próxima possa haver um pouco mais de atenção a estes pormenores ou os prazos possam ser geridos de outra forma.

Senhor presidente, apesar de termos aprovado por unanimidade na última sessão da Assembleia Municipal uma proposta desta bancada, lamentamos que a VITEC, empresa que recebe dinheiro da Câmara para a cobertura de diversos eventos, não esteja aqui presente hoje num momento tão importante para o futuro do concelho. Talvez a nossa recomendação ainda não tenha sido publicada em Diário da República.

(As Declarações de Voto ficam a constituir anexo à presente ata)

Sr. presidente da Mesa: – Falarei novamente com o senhor presidente da Câmara sobre isso. Quanto à data desta sessão, a informação que me foi transmitida é que este documento teria que ficar pronto até ao dia 30 deste mês.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

1.3 – Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2016, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- **Despesas de investimento:** 449 536,00 € (quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis euros).

Orçamento:

- **Receitas correntes:** 6 142 430,00 € (seis milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta euros).
- **Receitas de capital:** 46 350,00 € (quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta euros).
- **Outras receitas (diversas):** 66 800,00 € (sessenta e seis mil e oitocentos euros).
- **Total geral das receitas:** 6 188 780,00 € (seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta euros).
- **Despesas correntes:** 5 573 144 € (cinco milhões, quinhentos e setenta e três mil, cento e quarenta e quatro euros).
- **Despesas de capital:** 615 636,00 € (seiscentos e quinze mil, seiscentos e trinta e seis euros).
- **Total geral das despesas:** 6 188 780,00 € (seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta euros).

Sr. presidente da Câmara: – Os documentos em análise correspondem ao orçamento e às opções de investimento dos Serviços Municipalizados para o ano que vem com um total geral de cerca de 6,2 milhões de euros. A maior parte desta despesa corresponde à despesa corrente do funcionamento dos serviços e cerca de 51% das receitas correntes destinam-se ao pagamento do pessoal.

Os Serviços Municipalizados têm 172 funcionários, cerca de 14 encontram-se numa situação de quase aposentação, sendo previsível a saída de alguns já no próximo ano. A partir de 1 de janeiro próximo serão transferidos 6 funcionários dos SMAH para a TERAMB no âmbito do arranque da central de valorização energética, o que permitirá algum desafogo do ponto de vista orçamental.

As questões mais complexas têm a ver com a regularização do património entre os SMAH, a Câmara e a TERAMB, matéria que tem sido objeto de reparos desde 2011 e que consta do ponto 1.9 da ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia.

Essa regularização permitirá resolver um problema de amortizações nos Serviços Municipalizados visto que os encargos do aterro intermunicipal deveriam ter sido repartidos entre as duas autarquias desde 2011. Este problema tem distorcido a conta dos Serviços Municipalizados desde a década de 90 quando o aterro passou a ser intermunicipal porque nunca foi cedida ao município da Praia da Vitória a parte do património correspondente à sua participação.

Terá que ser feita a amortização extraordinária daquele investimento e o reconhecimento de todos os subsídios em falta com impacto nas contas dos Serviços Municipalizados, uma questão de natureza contabilística que não se reflete na realidade económica subjacente.

Do ponto de vista do investimento destaca-se a continuação do programa de aumento da segurança no abastecimento de água. Neste ano de 2015 deu-se uma particular atenção à zona oeste do concelho, ao troço entre a Terra Chã e a Serreta e faremos o mesmo em 2016 na vertente leste com um aumento na segurança do abastecimento às freguesias da Ribeirinha, da Feteira e do Porto Judeu com a construção de uma nova adutora, o reservatório da Canada da Roseira que serve de cabeça a esta zona da rede, permitindo um rápido abastecimento na eventual dificuldade do funcionamento do sistema Ribeirinha-Cabo da Praia.

Vamos continuar também a melhoria em pequenos troços de rede, em particular o troço da adutora que serve a freguesia de S. Mateus e a parte baixa de S. Bartolomeu, um investimento que está a ser feito na Canada de Belém e continuará até à ligação com a Canada da Luz.

Os Serviços Municipalizados têm ainda previsto um grande investimento em S. Sebastião na recuperação da estação de tratamento de águas residuais que ali foi instalada e não chegou a funcionar de forma eficaz, acabando por ficar abandonada e vandalizada ao longo do tempo.

Temos ainda um investimento previsto para a zona da Atalaia em que os esgotos provenientes da Ladeira Grande não estão a ser encaminhados para a ETAR por falta de um troço de elevatória que também nunca chegou a ser colocado em funcionamento. Com tudo isto ficaremos com o concelho coberto por sistemas adequados de tratamento de águas residuais e o problema dos esgotos resolvido.

Temos ainda que resolver um problema de exploração económica da rede de Angra já que os problemas de elevação oneram extremamente o funcionamento dos Serviços Municipalizados. O projeto está a ser elaborado e contamos tê-lo pronto em meados do ano que vem. Tencionamos iniciar este processo pela construção de um intercetor na zona do Largo de S. Bento que permitirá evitar que as águas residuais provenientes de S. Bento, dos laticínios e do aterro continuem a ser encaminhadas para o Pátio da Alfândega para serem novamente devolvidas àquela zona. Ao fazermos quase todo o percurso por gravidade teremos uma poupança estimada de cerca de 5 mil euros mensais na conta dos Serviços Municipalizados.

Um outro investimento que também estamos a iniciar tem a ver com a remodelação global da rede de recolha de resíduos sólidos. O contrato com a RESIAÇORES não será renovado no próximo mês de fevereiro, o que implicará a abertura de concurso público para a triagem, exportação e tratamento final e para a própria recolha dos recicláveis.

Temos um problema complexo no concelho que é a necessidade de cumprirmos um conjunto de metas extremamente exigentes até 2020 no que diz respeito à percentagem de recicláveis, especialmente das embalagens entregues para retoma. Encontramo-nos a cerca de metade dessa meta e temos praticamente que duplicar a quantidade da recolha para reciclagem, o que implicará um esforço muito maior no que respeita à colocação de contentores para recicláveis.

Apesar de termos o concelho inteiramente coberto, há muitas zonas que apenas possuem um contentor de lixo indiferenciado que deve ser sempre acompanhado por um ecoponto, o que implica um investimento relativamente grande que terá que ser feito em conjunto com uma empresa com interesse imediato na boa gestão destes resíduos.

Outra matéria aqui considerada é o início do processo de construção de uma lagoa no limite entre as Doze Ribeiras e a Serreta destinada ao reforço do abastecimento de água agrícola naquela zona. Temos uma quantidade considerável de água que acaba por ser utilizada para outros fins com prejuízo para o regular abastecimento na rede de consumo humano.

Trata-se de um investimento estruturante condicionado a um acordo que ainda não foi feito com o IROA mas estamos em negociações sobre o assunto. O projeto está pronto e há que encontrar uma solução adequada de exploração de ambas as redes entre os Serviços Municipalizados e o IROA.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Na página 31 é referido que os valores estimados para os compromissos plurianuais têm por base os valores dos contratos dos anos anteriores acrescidos de 10%. Gostaria de saber as razões desta percentagem visto que a taxa de inflação está próxima do zero e não possuímos dados que justifiquem este aumento.

No que respeita às GOP, os Serviços Municipalizados têm uma verba definida de cerca de 450 mil euros, claramente insuficientes para responder às necessidades, enquanto nas GOP da Câmara temos o problema do «Açores 2020» que ainda não se encontra definido.

Talvez o senhor presidente da Câmara nos possa informar se houve alguma resposta por parte do Governo Regional porque o programa começou em 2014, deveria estar numa fase de velocidade de cruzeiro em termos da sua execução mas as propostas têm-se baseado em sistemas de incentivo e pouco mais. Torna-se muito complicado gerir uma Câmara quando não se sabe com o que se pode contar e precisamos destas verbas para podermos executar as despesas de investimento.

Sr. presidente da Câmara: – Como há pouco referi, tivemos a primeira candidatura aprovada e a segunda será provavelmente referente à rede de águas da Canaã de Belém que se encontra submetida apesar de alguns documentos em falta. A arquitetura do quadro é substancialmente diferente do que estávamos habituados mas estamos a instruir o processo para vermos rapidamente aprovada esta candidatura que libertará de imediato 600 mil euros que irão reforçar o investimento para darmos execução às outras áreas.

A taxa de crescimento referida pela senhora deputada tem a ver com o que se verificou ao longo do último triénio e com o apuro que temos vindo a fazer em relação ao sistema de gestão de cobranças. O *software* instalado nos Serviços Municipalizados começa a apresentar alguns resultados nessa matéria e provavelmente teremos um crescimento superior a esse valor, como já se verificou neste ano, que permitirá manter esta estimativa sem qualquer exagero.

Se excluirmos as questões das amortizações, os Serviços Municipalizados acabam por ter uma situação relativamente equilibrada mesmo sem aumentos das tarifas de água nos últimos 5 anos, algo que também não está previsto. Vamos esperar para ver o que acontecerá com a conta de 2016 e quais os reflexos deste acerto de ativos. Estou convencido que teremos uma conta equilibrada que nos permitirá manter o congelamento das tarifas de água enquanto a crise se mantiver.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Pergunto ao senhor presidente da Câmara quais as razões da rescisão do contrato com a RESIAÇORES no próximo mês de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara: – A RESIAÇORES mostrou-se disponível e desejamos-lhe boa sorte no concurso. O contrato vigora por um ano, automaticamente renovável por mais um, mas são necessários novos investimentos vultuosos neste sistema e essa ou qualquer outra empresa não estão disponíveis para os fazer. É do interesse da empresa e do próprio município que esta renovação não se faça para permitir um prazo contratual mais alargado que fomente o investimento.

A RESIAÇORES tem 3 entidades contratantes, os Serviços Municipalizados de Angra, a Praia Ambiente e a TERAMB. Chegou-se a um entendimento de um contrato único que será lançado pela TERAMB, à qual a Câmara conferiu as funções de SMAUT, um sistema municipal de recolha de resíduos. A TERAMB passou a fazer o interface entre os 2 municípios da Terceira e as entidades de gestão das fileiras de resíduos e não faz sentido a existência de um contrato assinado com uma entidade que já não faz a gestão do respetivo sistema de recolha.

A TERAMB passará a ser a entidade contratante para toda a ilha e permite-se um alargamento do prazo do contrato para viabilizar os investimentos, extremamente necessários para cumprirmos as metas a que estamos obrigados.

Terminadas as intervenções e postos à votação, os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2016 constantes do Ponto 1.3, foram aprovados por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. independente) e 5 votos contra (4 do PSD, 1 do CDS-PP).

Sr. d. m. Pérciles Ortins (para uma declaração de voto): – O nº 3 do artigo 58 da lei 75-2013 de 12 de setembro estabelece o regime jurídico das autarquias locais que determina que o registo na ata de voto de vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação. Os grupos municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal apresentam a seguinte declaração de voto de vencido:

«Atualmente está em fase final de contraditório o relatório preliminar da Inspeção Regional Administrativa de 28 de agosto respeitante à inspeção a realizar aos Serviços Municipalizados no ano de 2014. Este relatório propõe um conjunto de responsabilidades sancionatórias financeiras elevadas na ordem das centenas de milhares de euros atribuídos aos eleitos locais que votaram favoravelmente determinados documentos de situações prescritas nos pontos

4.2.2.1, o não cumprimento de regras previsionais de elaboração do orçamento com vista a evitar o empolamento de receita e no ponto 4.6.1, execução da cobrança da receita.

É fundamental conhecer o despacho final da entidade que tutela, a Inspeção Regional, que recairá sobre os assuntos abordados neste relatório, nomeadamente:

– A necessidade de se evidenciarem os documentos previsionais se as regras relativas à previsão das receitas provenientes da prestação de bens e serviços estão corretamente calculadas e não contribuem para o empolamento das receitas.

– A obrigatoriedade de se alcançar o equilíbrio económico-financeiro dos Serviços Municipalizados, assunto que a atual proposta de orçamento não contempla até porque os documentos previsionais apresentados, apesar de serem os indicados na lei, não permitem a priori aferir o equilíbrio patrimonial do exercício. O orçamento apresentado utiliza contabilidade orçamental que só permite prever que os recebimentos totais são iguais aos pagamentos totais.

Dos eleitos locais, incluindo os da oposição, dependem as responsabilidades políticas mas também responsabilidades técnicas para os quais, aquando a apreciação dos documentos, não têm informação correta e clara sendo, por isso, injustamente penalizados; isto exige maior cuidado e rigor na informação que lhes é prestada e que os mesmos exigem.

A transferência dos Serviços Municipalizados para a TERAMB do património móvel e imóvel que faz parte até ao momento das demonstrações financeiras daquela entidade, isto é, os riscos contabilísticos dos Serviços Municipalizados continuam a incluir todos os investimentos do aterro sanitário intermunicipal, reconhecendo-se periodicamente as amortizações deste conjunto de investimentos e ainda os respetivos proveitos extraordinários resultantes da amortização dos subsídios recebidos, quando a gestão do aterro é da responsabilidade da TERAMB desde 2011.

Devido ao impacto de tal regularização para as contas dos Serviços Municipalizados e indiretamente para as contas da Câmara Municipal, o auditor recomenda a resolução urgente deste assunto, o qual deveria estar contemplado nas Grandes Opções para 2016 dos Serviços Municipalizados.

O presidente da Câmara apresentou no momento da realização desta reunião extraordinária, uma proposta sobre este assunto que vai ao encontro das preocupações acima expostas. O conteúdo desta proposta não está previsto nos documentos previsionais apresentados, depende também da vontade do município da Praia da Vitória e não sabemos que atitude, este município tomará sobre este assunto.

Por estas razões entendemos pertinente manter nesta deliberação de voto sobre esta matéria, cuja resolução é essencial para clarificação das contas dos Serviços Municipalizados:

– A necessidade urgente de aquisição de programa informático e faturação, de forma a permitir a ligação automática entre os montantes efetivamente faturados e os valores plasmados nas vendas e prestações de serviços incluídos nas demonstrações de resultados. A aquisição deste software continua a não estar prevista em 2016. Nesta reunião o presidente da Câmara afirmou que os programas tinham sido adquiridos em 2015 mas esperamos a confirmação em próximo relatório dos auditores.

– O cumprimento das sugestões que há muito o auditor recomenda em matéria de seguros de danos patrimoniais, do imobiliário e respetivo recheio e da responsabilidade civil dos prejuízos causados a terceiros.

Os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados incluíam um conjunto de valores respeitantes a compromissos plurianuais, (página 31), cuja execução física e financeira não ocorrerá até 2017. Estes valores têm por base os inscritos nos contratos dos anos anteriores com um acréscimo de 10% que não está fundamentado e do qual discordamos.

As Grandes Opções do Plano para 2016 incluem uma verba definida de 449 536,00 € e uma verba não definida de 1 156 016,00 €, manifestamente insuficientes para as necessidades e decorrem do desconhecimento nesta altura ao nível das ajudas comunitárias para este efeito.

Pelas razões atrás apontadas, os grupos municipais do PSD e do CDS-PP da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo entendem votar contra os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, apresentando a presente declaração de voto de vencido.»

1.4 – Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2016, para aprovação do órgão deliberativo municipal, nos termos do n.º 6 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara: – Esta proposta é em tudo semelhante à que está em vigor, exceto em dois aspetos: o primeiro, a introdução do majorante para os prédios que se encontrem arruinados, que passa de 10 para 30% conforme tinha sido declarado no orçamento do ano passado e a segunda diferença tem a ver com a introdução das taxas de IMI variáveis em função da composição do agregado familiar para efeitos fiscais.

A Câmara aprovou por unanimidade uma proposta que introduz a máxima dedução legalmente prevista, ou seja, de 10% para os agregados familiares com um dependente, 15% para os agregados com 2 dependentes e 20% para os agregados com 3 ou mais dependentes. Entenda-se que estamos a falar de dependentes em matéria fiscal e não de filhos. Do ponto de vista das áreas beneficiadas e das taxas são mantidos todos os valores que estão em vigor no corrente ano.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Congratulamo-nos com a introdução do IMI familiar mas tenho uma dúvida técnica em relação ao ponto 6 do documento que diz o seguinte: «*Os municípios devem verificar no site da Câmara Municipal que os imóveis de que são proprietários constam da relação a comunicar à DGCI, devendo eventuais discrepâncias ser comunicadas diretamente ou através do “My Angra” ao centro de atendimento integrado da Câmara Municipal até 18 de novembro, sob pena de não ser atribuída a minoração.*» Ora, vamos aprovar isto hoje dia 23 de novembro.

Sr. presidente da Câmara: – Isto tem validade anual. O prazo até ao dia 18 deve-se ao facto de a Câmara Municipal ter que comunicar o valor final até ao dia 30 de novembro, razão pela qual esta sessão da Assembleia está a decorrer hoje dia 23. Qualquer alteração comunicada após o dia 30 é apenas válida para o ano subsequente.

Isto está igual a anos anteriores, temos que o manter assim e não temos grandes escolhas. As deduções na zona urbana e em toda a zona oeste estão em vigor há alguns anos e não se espera que contenham grandes erros.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Estamos a aprovar um documento no dia 23 que obriga a que os municípios tivessem comunicado qualquer alteração até ao dia 18, ou seja, na semana passada, o que me parece conflituante.

Sr. presidente da Câmara: – Podemos alargar a data até ao dia 29 incluindo uma norma transitória referindo que em 2015 se admite comunicação a título excecional até 29 de novembro.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Sugiro o seguinte texto: «*No presente ano excecionalmente o prazo definido no número anterior decorrerá até ao dia 29 de novembro inclusive.*»

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação com as alterações sugeridas, a proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 35 votos a favor, (23 do PS, 10 do PSD, 1 do d. m. independente, 1 do CDS-PP) e 1 voto contra do PS.

Sr. presidente da Mesa (numa declaração de voto): – Votei contra este documento por considerá-lo incoerente e por ser uma proposta do Governo da República sem qualquer implicação no Orçamento de Estado e com implicações extremamente negativas para os orçamentos municipais.

É um documento que favorece quem mais tem e não favorece quem nada tem. A esmagadora maioria das famílias não tem casa, vive em casas humildes ou em casas que não lhes pertencem. Uma casa humilde não chega a pagar um euro de imposto por mês, o que não é significativo. Continuo a considerar esta proposta mais demagógica do que positiva que me faz lembrar a proposta de redução do IRS.

Não percebo nem aceito que estejamos sistematicamente a exigir mais obras às câmaras municipais e às juntas de freguesia e ao mesmo tempo a fazer propostas que retiram dinheiro aos seus orçamentos.

1.5 – Regulamento do Procedimento Público para a Cedência de Lotes, para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Pretende-se submeter à apreciação desta Assembleia um regulamento para a cedência dos 13 lotes disponíveis no Parque Industrial de Angra do Heroísmo na sequência do regulamento que foi aprovado onde foram introduzidas algumas medidas de incentivo à procura de terrenos do parque.

Com este regulamento propõe-se a fixação de critérios de análise com prioridade às candidaturas que apresentem o maior número de postos de trabalho. Em caso de empate será tido em conta o volume do investimento da respetiva candidatura.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

1.6 – Abertura de procedimento público para a cedência de 13 lotes no Parque Industrial de Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.7 – Constituição do Júri do procedimento público para a cedência de 13 lotes no Parque Industrial de Angra do Heroísmo, sendo:

- Presidente: Guido de Luna da Silva Teles.
- 1.º Vogal: Paulo Henrique Rocha Fantasia Cardoso.
- 2.º Vogal: João Pedro Cardoso.
- Vogais suplentes: Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.
Sandra Patrícia Vieira Costa.

Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.8 – Proposta para Prorrogação da suspensão do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo e respetivas medidas por mais um ano, e que os efeitos a produzir por esta última se repercutam em data anterior à da respetiva caducidade. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Esta proposta resulta de uma deliberação de 2013 desta Assembleia que suspendeu por 2 anos, prorrogável por mais 1 ano, um ponto bastante sensível

do Plano Diretor Municipal relacionado com a área máxima de construções agrícolas permissíveis.

Há um conjunto de investimentos agrícolas em curso que exigem áreas cobertas superiores a 300 m², valor que o PDM fixa como área máxima admissível nas construções agrícolas. Essa suspensão foi feita por 2 anos até agosto de 2015, ficando nessa deliberação da Assembleia Municipal, um número que permita à Câmara Municipal prorrogar a suspensão por mais 1 ano. Essa norma está prorrogada até ao dia 13 de agosto de 2016 mas temos que acelerar o processo de alteração do PDM porque a medida é improrrogável.

Está em curso o procedimento de contratação de uma equipa para revisão do PDM, um processo relativamente célere que ocorrerá ao longo dos próximos meses porque já temos toda a informação reunida.

Ficou deliberado com a Câmara Municipal da Praia da Vitória a criação de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território para a cobertura de toda a ilha, processo que se encontra na sua fase inicial e carece de uma deliberação a tomar em Câmara Municipal que será apresentada na próxima sessão desta Assembleia.

Com este Plano Intermunicipal conseguiremos compatibilizar um conjunto de investimentos em matérias comuns aos 2 concelhos que vão desde o ensino profissional até às redes de abastecimento de água, caminhos de penetração, gestão de reservas florestais, etc., matérias que têm tido tratamentos distintos em ambos os concelhos. Até 13 de agosto de 2016 está suspensa a norma do Plano Diretor Municipal que estabelece a dimensão máxima das instalações agrícolas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.9 – Proposta para transição de bens móveis e imóveis pertencentes à Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para a TERAMB-EEM. Para autorização do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Pretende-se que esta Assembleia autorize a Câmara Municipal a transferir dos Serviços Municipalizados para a Câmara e depois para a TERAMB, os direitos sobre os edifícios construídos no terreno do aterro sanitário, as bolsas e as demais estruturas lá implantadas, resultando na tal amortização de que há pouco se falava. Também se pretende a autorização de 2 viaturas e 2 máquinas de valor reduzido afetas à exploração e a parte da ETAL que ainda não foi transferida.

É preciso reconhecer que todos os ativos e passivos resultantes da construção e exploração das bolsas de resíduos, incluindo os depositados nas bolsas, passem a integrar o património da TERAMB. Finalmente, a amortização extraordinária dos investimentos e o reconhecimento dos subsídios que lhe estão associados, o que terá que ser feito na conta dos Serviços Municipalizados de 2015 para que o ano de 2016 se inicie com a nova situação já estabelecida.

O Ponto 6 tem a ver com os investimentos feitos em conjunto pelas câmaras municipais de Angra e Praia que levaram à subsidiação cruzada. Nalguns casos a Câmara de Angra candidatou e recebeu na sua totalidade os fundos comunitários respetivos e noutros foi a Câmara da Praia que o fez. As estruturas foram construídas e devem agora ser amortizadas por cada um dos municípios mas há um conjunto de situações de dívida mútua que interessa resolver.

Pede-se aqui autorização para que a Câmara de Angra do Heroísmo dê quitação à Câmara da Praia da Vitória de todos os valores referentes a esses investimentos e cabe ao município da Praia fazer o mesmo em relação ao de Angra para que nada devam um ao outro e se possa considerar esta matéria devidamente encerrada.

Relembro que se trata de uma deliberação de autorização com impacto sobre o património da autarquia já que estamos a transferir para a TERAMB um património de valor elevado do ponto de vista contabilístico.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Temos uma dúvida relativamente ao ponto 6 do documento: «Autorizar o município de Angra do Heroísmo a dar quitação de todas as quantias que lhe sejam devidas e tenham sido recebidas pelo município da Praia da Vitória por conta de investimentos intermunicipais desde que aquele município proceda de igual modo em relação às quantias recebidas por Angra do Heroísmo que lhe sejam destinadas.»

Sr. presidente da Câmara: – O município da Praia da Vitória terá que se considerar quite conosco em relação a qualquer quantia sua que tenhamos cá recebido, caso contrário, não nos deveria nada e nós continuaríamos a dever-lhe. O município de Angra terá que dar quitação a todas as quantias recebidas pelo município da Praia em nome do município de Angra e o município da Praia terá que fazer o mesmo no sentido inverso, ou seja, considerar-se quite em relação a todas as quantias recebidas por Angra em nome da Praia.

Este documento traduzir-se-á em deliberações da Câmara Municipal e terá que ser elaborado um acordo escrito referente à quitação. A Câmara está a pedir autorização à Assembleia para poder deliberar e terão que existir 6 documentos sobre estas matérias.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – O grupo municipal do PSD votará favoravelmente esta transferência e apenas levantámos questões contabilísticas em relação às contas dos Serviços Municipalizados.

Terminadas as intervenções e após votação, a Proposta constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.

1.10 – Tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para o ano de 2016. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – No próximo ano não haverá qualquer alteração das tarifas cobradas aos munícipes, havendo apenas a correção técnica do valor do preço de uma análise que andava trocada no orçamento anterior sem qualquer impacto sobre os munícipes ou sobre as contas dos Serviços Municipalizados. O preço da água, dos resíduos e do tratamento de águas residuais em 2016 será o mesmo que tem vigorado nos últimos 5 anos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.11 – Relatório anual do auditor externo Ana A. Santos, C. Sousa Góis & Associado, SROC Lda., sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – O relatório distribuído aos grupos parlamentares aponta para uma situação financeira sólida do município que nos deixa bastante descansados e o único reparo tem a ver com este acerto de património.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.12 – Relatório anual do auditor externo Ana A. Santos, C. Sousa Góis & Associado, SROC Lda., sobre a situação económica e financeira dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – A situação económico-financeira dos Serviços Municipalizados não é má mas também não é tão boa como gostaríamos porque existe um conjunto de questões que precisam de ser resolvidas.

Os nossos Serviços Municipalizados têm neste momento um conjunto de receitas que continuam a cobrir as suas despesas mas não deixam a margem de folga que gostaríamos e não cobrem todas as amortizações exigidas pelo seu vasto património, o que significa que as necessidades de investimento futuro em termos de reposição não estão a ser integralmente cobertas.

Os Serviços fazem dinheiro para as suas despesas mas não amealham o suficiente se um dia precisarmos de substituir as infraestruturas; para tal, ou aumentamos as tarifas – e acabámos de referir que não o faremos – ou continuamos com políticas de grande contenção de despesas. Preferimos o segundo caminho, apesar de não ser possível resolver tudo porque a elasticidade do ponto de vista da poupança não é muito grande, mas os Serviços ainda poderão continuar com as tarifas a este nível durante mais algum tempo.

Haverá uma nova variável relacionada com o novo contrato que se pretende fazer a respeito da recolha dos resíduos que nos poderá retirar um conjunto de despesas, permitindo a libertação de alguns recursos.

Gostaria de deixar descansados os senhores membros da Assembleia porque não há problemas graves a resolver ou qualquer emergência económica e financeira, razão pela qual a Câmara optou por não aumentar as tarifas.

Vamos continuar o equilíbrio dos Serviços por via da despesa; se não for possível, daqui a alguns anos discutiremos a atualização das tarifas, quanto mais não seja por razões da própria inflação, já que vamos para o sexto ano sem aumentos.

A respeito do que há pouco foi aqui falado na declaração de voto, creio que todos leram essa matéria que foi cabalmente esclarecida e nada fica por apontar.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Não sei se foi por defeito da *password* da oposição mas não consegui descarregar este documento da «cloud» que me foi cedido pelo deputado Luís Rendeiro.

Gostaria de perguntar ao senhor presidente por que razão só agora nos foram apresentados estes documentos, visto que tivemos conhecimento de que já se encontravam prontos em junho. Julgo que poderiam ter sido apresentados um pouco mais cedo porque estamos a apreciar contas de 2014 numa discussão para 2016.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se a Câmara Municipal da Praia da Vitória vai efetuar as mesmas diligências para que se resolva esta questão de uma vez por todas e as contas dos Serviços Municipalizados se tornem transparentes e realistas. Gostaria ainda de saber se vai ser acatada a chamada de atenção do auditor para a criação do seguro de danos patrimoniais do imobiliário e recheio e do seguro de responsabilidade civil por prejuízos causados.

Sr. presidente da Câmara: – Foram de facto feitos esses acordos com a Câmara Municipal da Praia da Vitória mas só precisamos deles para o ponto 6 e têm a ver com as contas da Câmara.

Os documentos foram apresentados nesta sessão da Assembleia porque nos foram entregues nas vésperas da sessão anterior e não houve tempo para o seu agendamento. Para além deste documento somos obrigados por lei a fazer a consolidação das contas do Grupo Municipal, o que só acontece muito mais tarde.

O relatório é feito uma vez aprovada a conta do Grupo Municipal na sessão de abril da Assembleia Municipal quando fazemos a transição de saldo; a partir daí é que o auditor pode iniciar o seu trabalho e só nos entrega os documentos no verão. Havia todo o interesse em que nos tivessem chegado mais cedo mas servem para aferirmos da situação da Câmara e dos Serviços e como resposta às outras questões de sobrestimação de receita que não existiu em 2014 conforme o relatório bem o demonstra.

Quanto à sua última questão, estamos interessados em rever o nosso pacote de seguros. Trata-se de uma matéria complexa com seguros feitos em múltiplas empresas com datas, critérios e termos muito diferentes. Desde há um ano e pouco que estamos a trabalhar nisto, estamos a chegar à fase final do processo e no próximo ano procederemos à abertura de um concurso para um seguro unificado para o Grupo Municipal que cubra a Câmara e os Serviços Municipalizados. Temos que esperar pelo fim de algumas apólices e contratos e depois daremos integral cumprimento a essa questão.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.13 – Contrato de aquisição de serviços para certificação das contas do Município e Serviços Municipalizados - Triénio 2014-2016. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Esta é uma autorização para fazermos uma alteração devido à nova designação da empresa. Manteremos então a mesma empresa com um nome diferente porque pretendemos manter o mesmo auditor para o próximo triénio.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.14 – Voto de Congratulação aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela prestação dos atletas açorianos nos Jogos das Ilhas “Açores 2015”. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. vereador Guido Teles: – Recebemos da parte da senhora presidente da Assembleia Legislativa Regional, um voto de congratulação proposto pelo PSD referente aos Jogos das Ilhas que se realizaram na ilha Terceira, envolvendo 9 modalidades e a participação de cerca de 400 jovens atletas de várias ilhas europeias.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.15 – Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, remetendo a retificação dos valores referidos na ata do Conselho de Administração de 29-11-2013, respeitante aos Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2014. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Essa ata é um dos pontos que correspondem ao que é apontado no relatório da inspeção feita aos Serviços Municipalizados em que era referida uma discrepância entre os valores aprovados e os valores comunicados. O conselho de administração analisou a situação e chegou à conclusão que tinha havido um erro de transcrição. O que temos aqui presente é o documento de retificação da ata com os valores iguais aos aprovados na reunião do conselho de administração e que constam dos documentos previsionais, esclarecendo o ponto em que era apontada a entrada de receitas não previstas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2- DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Proposta de recomendação do Grupo Municipal do Partido Socialista, no sentido de se proceder a uma redistribuição orçamental no Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2016.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Boa tarde senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, caros colegas deputados. A liquidação do projeto da escola básica de Santa Bárbara no valor de 1 011 816,77 € por parte do organismo de gestão não ocorrerá no presente ano, considerando que a proposta de orçamento para 2016 apenas prevê 426 319,00 € na rubrica 100 30 707 do Plano Ações 2020.

Considerando que a liquidação do projeto no próximo ano só poderá ser inscrita em abril com a aprovação do saldo de gerência, entendemos do dever da Câmara Municipal o arranque em janeiro das intervenções necessárias resultantes das calamidades de setembro passado, bem como o apoio às grandes reparações de edifícios coletivos de interesse municipal, uma teia para o Teatro Angrense e a revisão do PDM. No quadro da recomendação constam os referidos valores.

Sr. presidente da Câmara: – Esta matéria foi amplamente discutida da parte da manhã. Esta proposta do Partido Socialista esclarece as prioridades que a Câmara pretende imprimir. O primeiro dinheiro a ser desbloqueado será maioritariamente investido na resolução dos problemas resultantes das cheias de 4 de setembro, resolvendo a questão dos 5 euros.

Logo que seja oportuno, será presente à Assembleia uma deliberação da Câmara Municipal em matéria de alteração orçamental e contamos trazer mais algum dinheiro nessa altura porque até lá é previsível que fiquem aprovadas as verbas referentes à Canada de Belém e a outros investimentos em curso que consideramos prioritários.

Não haverá nenhuma redução no investimento do município para o ano de 2016. Sem contar com a transição de saldo e com o que é previsível inscrever por aprovação de fundos comunitários de imediato, teremos em 2016 um investimento sensivelmente igual ao de 2015. Com a transição de saldo e com o ritmo de aprovações previsto para fundos comunitários teremos a possibilidade de um ligeiro aumento no investimento municipal no próximo ano.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Não vou acrescentar nada mas lamento que tenhamos discutido um orçamento diferente do que será posto em prática. Esta proposta de recomendação surge sob a capa das intervenções resultantes das calamidades de setembro passado mas constata-se que haverá um gasto maior na aquisição da teia do Teatro Angrense do que nas requalificações das ribeiras e dos pavimentos.

Sr. presidente da Câmara: – Não é verdade o que acabámos de ouvir porque o orçamento que aqui aprovámos será o orçamento de 2016 que irá aumentando à medida da disponibilização de verbas à semelhança do que aconteceu no passado e esperamos que se repita no futuro. É muito bom quando acabamos por ter mais dinheiro do que o que inscrevemos em benefício de todos e o contrário é que seria uma tragédia.

Estará em vigor o orçamento que acabou de ser aprovado e não outro, com um reforço de verbas que costuma ser feito uma vez por ano no mês de abril na transição de saldo e que este ano será eventualmente feito por 2 vezes.

Terminadas as intervenções e posta à votação a Proposta de Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, (22 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. independente) e 6 abstenções, (5 do PSD, 1 do CDS-PP).

Sr. d. m. Francisco Câmara (numa interpelação à Mesa): – Estive a consultar o *site* da Câmara e não consigo perceber onde se faz a tal consulta do IMI familiar. Talvez o senhor vereador Guido Teles nos possa explicar.

Sr. vereador Guido Teles: – É natural que não esteja publicado algo que acabou de ser aprovado mas temos um separador no *site* da Câmara respeitante às finanças municipais onde, a seu tempo, será publicada a informação.

Sr. presidente da Câmara: – Podem ser enviadas mensagens de qualquer pedido de esclarecimento para o endereço eletrónico do «My Angra» que está ativo há cerca de 2 anos e meio mas vamos publicar rapidamente uma informação mais estruturada com a tabela dos valores.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Acabámos de aprovar um documento que refere que os munícipes podem consultar no *site* da Câmara a informação que deles consta mas essa informação não está lá.

Sr. presidente da Câmara: – A pergunta não é direta por questões de privacidade para que outras pessoas não tenham acesso às informações privadas e vejam as contas de cada um. É feito um pedido e é dada uma resposta privada com a informação solicitada.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Assim sendo, deveríamos ter aprovado um documento a informar os munícipes que podem enviar um *e-mail* para a Câmara a solicitarem a informação que lhe diz respeito. O site «My Angra» permite o registo de forma unívoca em que cada um teria acesso à sua informação pessoal.

Sr. presidente da Câmara: – Os riscos são grandes.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Já o são atualmente com o acesso à informação de cada um. Importa é saber quantos dependentes estão adstritos ao prédio de cada contribuinte para efeitos da aplicação da respetiva taxa de IMI. O documento está aprovado mas a informação que nele consta deve ser clara porque duvido que os serviços da Câmara tenham capacidade de resposta a toda a gente que entenda enviar *e-mails* a solicitar a informação respeitante à sua situação em particular.

Sr. presidente da Câmara: – Somos muito rápidos.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Então vou enviar um *e-mail* já hoje para ver quando me respondem. É que enviei um há cerca de 11 meses e ainda não me responderam.

Sr. presidente da Mesa: – A Câmara possui dados sobre os agregados familiares?

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara pergunta às finanças e verifica a informação constante da última declaração de IRS, embora o munícipe deva declarar os dependentes para o ano seguinte quando isto terá efeito.

2.2 – Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Eduardo da Silva.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Eduardo da Silva.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Embora 10 anos mais novo do que o Jorge Silva, tive o prazer de conviver com ele a nível partidário e como presidente da junta de freguesia noutras funções.

«No dia 19 de outubro de 2015 faleceu um homem bom. Jorge Eduardo da Silva nasceu a 5 de janeiro de 1946 e dedicou a sua vida a uma intensa atividade cívica, fazendo da cidadania ativa a sua marca no tempo que passou entre nós.

Cumpriu o ensino primário na escola da Terra Chã e completou o curso geral do comércio na antiga Escola Comercial e Industrial de Angra do Heroísmo. Foi o primeiro presidente eleito da junta de freguesia da Terra Chã depois do 25 de abril, cumprindo mandatos consecutivos entre 1976 e 1989, sendo também o eleitor nº 1 da freguesia.

Na década de 80 do século passado teve intensa atividade no desporto, tendo sido dirigente do Sport Clube Angrense durante 2 mandatos, secretário-geral da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e depois presidente da mesma associação.

Nos anos 90 foi presidente da Casa do Povo da Terra Chã. Foi também membro do Conselho Geral do hospital de Angra do Heroísmo. Foi publicamente distinguido pelo seu contributo cívico, recebendo um louvor do então presidente da junta de freguesia da Terra Chã José Noronha pelo seu papel na criação da Casa do Povo e também um louvor do Secretário Regional do Comércio e Indústria, Américo Natalino Viveiros, pelos relevantes serviços prestados na sequência do sismo de 1 de janeiro de 1980.

Foi ainda presidente da Mesa Administrativa do Império e presidente do conselho fiscal da Sociedade Filarmónica Recreio da Terra Chã.

Ao nível político, marcou uma época no PSD, tendo sido membro da Comissão Política Concelhia, da Comissão Política de ilha do partido e ainda líder do grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

A nível profissional exerceu funções no antigo posto de intervenção de mercados sob a alçada da então Secretaria Regional do Comércio e Indústria. Com o encerramento deste serviço foi transferido para a Secretaria dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da ilha Terceira onde desempenhou funções administrativas até à data do seu falecimento.

Marido, pai e avô, nunca abdicou da sua opinião, da sua participação, do seu contributo ou da partilha da sua experiência com o objetivo de ajudar a fazer da sua freguesia, do seu concelho ou da sua ilha, um lugar melhor para se viver.

Assim e de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a aprovação deste voto de pesar pela morte de Jorge Eduardo da Silva, do qual deverá ser dado conhecimento à sua família.»

Sra. d. m. Marília Vargas: – *«Jorge Eduardo da Silva foi um cidadão com uma vasta atividade em diversas áreas. Dirigente do Sport Clube Angrense, secretário da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, presidente da Casa do Povo da Terra Chã e presidente da junta de freguesia da Terra Chã no período de 1976 a 1989, sendo membro desta Assembleia Municipal por inerência no mesmo período, creditando-se sempre por uma atuação espontânea pronta. Era uma pessoa cheia de atividade e amigo do seu amigo, independentemente da opção política ou religiosa.*

Na freguesia da Terra Chã teve várias intervenções como, por exemplo, no império e na Filarmónica Recreio da Terra Chã. Recebeu vários louvores e, ao nível partidário no PSD, chegou a posição de destaque na estrutura da ilha.

Por tudo o que o senhor Jorge Silva significou para a Terceira, o grupo parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo propõe também um voto de pesar pelo seu falecimento.»

Não se registaram mais intervenções. Os Votos de pesar pelo falecimento de Jorge Eduardo da Silva constantes dos Pontos 2.2 e 3.1 foram votados em conjunto e aprovados por unanimidade.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Sr. presidente da Mesa: – Antigamente costumava enviar postais de boas festas. Desde que se introduziu este esquema dos envios por *mail* e SMS, como sou info excluído, aproveito para vos desejar um feliz Natal e um bom ano, votos extensíveis às vossas famílias. Até para o ano.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta da 16H00M do dia 23 de novembro de 2015, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da

Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz